

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ESTUDO SOBRE A TEORIA DA DEPENDENCIA
EM RUY MAURO MARINI**

João Sérgio Pereira da Silva Júnior
matrícula nº: 105082668

ORIENTADOR(A): Prof. Aloísio Teixeira

Janeiro 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ESTUDO SOBRE A TEORIA DA DEPENDENCIA
EM RUY MAURO MARINI**

João Sérgio Pereira da Silva Júnior
matrícula nº: 105082668

ORIENTADOR(A): Prof. Aloísio Teixeira

Janeiro 2011

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

AGRADECIMENTOS

Seria impossível colocar em poucas linhas como sou grato a todos e todas que me ajudaram a chegar até o fim deste trabalho. Apesar de ser uma monografia este trabalho foi obra de uma perseverança coletiva.

Em primeiro lugar agradeço a minha família que sempre me apoiou mesmo que discordasse de minhas opiniões. Agradeço a compreensão dos amigos e me desculpo mais uma vez pelas constantes ausências.

Agradeço a todos os professores do instituto de economia que certamente me ensinaram muito mais do que economia.

Em especial agradeço a pessoas que passam quase anônimas todos os dias mais que sem elas não poderia chegar a lugar algum. Obrigado Tião, Walter, Sinésio, Ana Lúcia, Darci, Edinho e tantos outros que me ajudaram de incontáveis maneiras.

E por ultimo agradeço a duas pessoas especiais que conheci nessa jornada. Agradeço ao atencioso Aloísio Teixeira que na hora que mais precisei conseguiu tempo para ajudar um antigo adversário político. Tenho certeza que ele não sabe o quanto me ajudou e quanto estimo suas palavras. E a Virginia Fontes que me acolheu e ensinou-me muito mais do que coloquei neste texto. Uma mulher fantástica que através de seu trabalho me deu novas perspectivas sobre a vida.

RESUMO

Aceitar que existem regiões mais desenvolvidas do que outras não implica em aceitar isto como algo natural. Certamente devem existir causas e explicações que levam a configuração de uma estrutura onde existem nações privilegiadas. Naturalizar a questão seria abrir mão de estudar suas causas e assim abandonar as possibilidades de ruptura com esta estrutura. A teoria da dependência surge como uma tentativa de analisar a história da América Latina de modo a instrumentalizar uma ruptura com o desenvolvimento que somente seria possível através do rompimento da relação de dependência. Este trabalho tem por objetivo apresentar a Teoria da Dependência proposta por Ruy Mauro Marini. O texto tenta ser o mais fiel possível as idéias do autor apresentando sua visão sobre a América Latina e a forma particular de como o capitalismo se desenvolve na região.

ÍNDICE

Introdução.....	6
Capítulo 1 - AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	8
I.1 - Conceitos básicos.....	8
I.2 O pensamento Desenvolvimentista conservador.....	10
I.2.1 O Desenvolvimento por Difusão e Assimilação.....	11
I.1.2 Rostow e os ciclos do desenvolvimento.....	16
I.3 Teorias do desenvolvimentismo na América Latina.....	25
I.3.1 Raúl Prebisch e o modelo centro-periferia.....	27
Capítulo 2 - AMÉRICA LATINA E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	38
II.1 - Conceitos básicos.....	38
II.2 - Ruy Mauro, História e Dependência.....	42
II.3 - O Papel da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho.....	46
II.4 - Integração dependente e Imperialismo.....	50
II.5 - Exportação de excedente e o Comércio Internacional.....	53
II.6 - Dependência e Superexploração do trabalho.....	56
II.7 - Da Superexploração ao mercado interno.....	62
II.8 - Desenvolvimento autônomo na periferia.....	64
II.9 - Do conflito intra burguês ao populismo.....	71
II.10 - Desenvolvimento dependente associado.....	74
Conclusão.....	81
Bibliografia.....	83

Introdução

Mesmo antes da consolidação dos modernos estados nacionais e das relações capitalistas de produção podemos verificar a existência de níveis desiguais de desenvolvimento entre as sociedades. Entretanto, a simples constatação de que o desenvolvimento dos povos se deu de forma desigual ao longo da história, não é argumento suficiente para considerarmos a desigualdade como algo natural.

O fim das guerras mundiais e o contexto da guerra fria vão dar maior centralidade ao debate do desenvolvimento. Por um lado as potências hegemônicas do planeta sentiam-se ameaçadas pela possibilidade de um alinhamento dos novos países com o bloco soviético, enquanto que, por outro lado a periferia do sistema capitalista ansiava por beneficiar-se também dos frutos do desenvolvimento. Tal conjuntura acaba por impulsionar, primeiro nos centros e em seguida nas periferias, o surgimento de um corpo analítico que pretendia em primeiro lugar explicar o desenvolvimento desigual das nações em todo o globo e em seguida propor caminhos para que os povos menos abastados chegassem também ao desenvolvimento. O que estas teorias eram incapazes de explicar é a persistência do subdesenvolvimento mesmo em países que tiveram sucesso em sua iniciativa de desenvolvimento do capitalismo.

A Teoria da Dependência surge como uma tentativa teórica de explicar as causas do subdesenvolvimento, bem como a relação de subordinação que se estabelece entre os povos, e instrumentalizar o rompimento com a relação de dependência, a fim de promover a emancipação real destas regiões. Para tanto é necessário a esta teoria um estudo sistemático das relações que se estabelecem entre os polos – os povos dependentes e aqueles autônomos a fim de se precisar as causas da dependência que acaba por se traduzir em subdesenvolvimento. Para os autores ligados a este corpo teórico o subdesenvolvimento seria causado por questões internas – ligadas a estrutura interna de classes e a opção de inserção destas no mercado mundial – e também por questões externas a economia – como a transferência dos excedentes gerados nas economias periféricas com direção as economias centrais.

O seguinte texto tem por objetivo analisar a Teoria da Dependência proposta por Ruy Mauro Marini. O autor constrói toda sua teoria apoiado no pensamento marxista através da crítica das teorias desenvolvimentistas e da análise histórica da formação econômica da América Latina.

O primeiro capítulo tem por objetivo a apresentação e crítica da teoria do desenvolvimento conservadora de origem nos países desenvolvidos e de sua resposta na periferia, centrando-se sobre o trabalho de Raúl Prebisch. É importante ressaltar que aqui apenas tratamos da teoria desenvolvimentista conservadora que não se confunde com trabalhos como o de Paul Baran ou Paul Sweezy. Ao longo deste capítulo procura-se levantar os principais pontos desta teoria dando maior ênfase aqueles que serão cruciais para a formulação da Teoria da Dependência de Ruy Mauro Marini. Destaca-se neste capítulo o trabalho de Walt Whitman Rostow por sua influência política e também pela capacidade do autor de sintetizar em seu trabalho os principais elementos da teoria desenvolvimentista. O trabalho de Raúl Prebisch também merece atenção, pois suas teorias, e as orientações que partem dela, são cruciais para explicar a história latina – legitimando as posições de uma elite que ansiava por expandir-se.

O segundo capítulo é onde se apresenta a teoria de Ruy Mauro Marini destacando-se o elemento histórico crucial para o entendimento deste autor. Para Marini não somente o subdesenvolvimento é um produto da dependência, mas também o desenvolvimento dos países do centro que, através da relação privilegiada que mantem com a periferia tem facilitado o seu processo de desenvolvimento.

Capítulo 1 - AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

1.1 - Conceitos básicos

O período que se abre com o término da segunda guerra mundial foi marcado por um intenso debate sobre o conceito de desenvolvimento econômico e sobre as possibilidades dos países menos industrializados virem a desfrutar as mesmas condições de que gozavam os países mais desenvolvidos. É importante notar que este debate não ocorreu por acaso. A temática do desenvolvimento econômico sempre foi cara aos economistas desde os clássicos; foi, porém, a enorme e crescente distância entre países e regiões do planeta que diferenciou este momento do debate clássico acerca do crescimento econômico. Enquanto os países mais industrializados desfrutavam de prosperidade e grandes possibilidades de produção/consumo material, os países do sul viam-se em dificuldades recorrentes quanto ao acesso ao essencial.

Como lembra Hobsbawm (2003), a situação econômica do Terceiro Mundo tornara-se ainda pior com o massivo incremento populacional, que neles ocorreu na primeira metade do século XX. Esses países, de forma tardia, passaram a ter acesso às modernas técnicas sanitárias e aos avanços da medicina, tal como os países mais desenvolvidos; tiveram, no entanto, um crescimento populacional intenso, pois a queda no número de óbitos não foi acompanhada pela queda no número de nascimentos¹. Seria, entretanto, simplista relacionar o problema da baixa renda per capita ao problema originado pelo crescimento populacional. O que ocorreu foi que uma parcela cada vez maior da população mundial vivia em condições inferiores de vida, enquanto que 15% desfrutavam dos benefícios da modernidade e do desenvolvimento. Desta forma tornavam-se explícitas as contradições do sistema capitalista e ficava cada vez mais difícil para os países mais desenvolvidos legitimarem sua posição vantajosa. Bettelheim explica esse processo, dizendo que:

¹ O que difere principalmente este surto populacional tardio do que se passou nos países desenvolvidos é a intensidade com que se deu nas áreas menos desenvolvidas. Isto ocorre justamente por esses avanços sanitários e médicos inserirem-se nessas regiões de forma atrasada e muito mais acelerada. Para maiores informações, ver Hobsbawm (2003).

“Foi no decurso dos últimos anos que, de fato, a parte mais pobre, mais deserdada e também mais populosa da humanidade tomou consciência da sua sorte e afirmou, com uma força cada vez maior, sua vontade de ascender a um nível de vida mais elevado e sua determinação de se beneficiar, também ela, da cultura moderna e das possibilidades de bem-estar e saúde que oferecem a ciência e a técnica contemporâneas.”²

O contexto do pós-guerra deu uma nova forma ao debate econômico sobre o desenvolvimento. O processo de descolonização levou à formação de novas nações independentes, que logo se deram conta das enormes desigualdades, características das relações econômicas internacionais. Tais regiões haviam-se configurado até então como coadjuvantes no processo de desenvolvimento e acumulação dos países mais desenvolvidos. O processo de independência dessas regiões poderia ameaçar o modelo praticado até então³, que, como veremos adiante, foi crucial para a expansão do capitalismo internacional. É Hobsbawm que diz que:

"Após o segundo round da guerra mundial, a revolução mundial e sua conseqüência, a descolonização global, aparentemente não havia mais futuro no velho programa de alcançar prosperidade enquanto produtores primários para o mercado mundial dos países imperialistas: o programa dos estancieros argentinos e uruguaios, com tanta esperança imitado por Porfírio Díaz no México e Leguía no Peru. De qualquer forma, isto deixara de parecer plausível desde a Grande Depressão. Além disto, tanto o nacionalismo quanto o antiimperialismo pediam políticas menos dependentes dos velhos impérios, e o exemplo da URSS fornecia um modelo alternativo de 'desenvolvimento'. Jamais esse exemplo pareceu mais impressionante que nos anos após 1945."⁴

É importante recordar ainda que este período é marcado pela disputa da guerra fria. Havia a possibilidade real de que os novos países optassem pelo modelo socialista e alinhassem-se com a União Soviética contra o bloco capitalista. O temor de que isso ocorresse deu maior centralidade ao debate do desenvolvimento da periferia.

"Os Estados mais ambiciosos, assim, exigiam o fim do atraso agrário através da industrialização sistemática, fosse com base no modelo soviético de planejamento centralizado, fosse pela substituição de importações. Ambos, de modo diferente dependiam do controle do Estado. Mesmo os menos ambiciosos, que não sonhavam

2 (Bettelheim 1968).

3 Os processos de independência ocorridos no período poderiam ter como resultado uma opção de desenvolvimento autônomo, abandonando assim a integração ao mercado mundial da forma como fora praticada no período colonial. Ou ainda era possível que tais países independentes alinhassem-se com o bloco soviético, afastando-se da área de influência das potências capitalistas. Em ambos os casos o modelo de divisão internacional do trabalho – que era vantajoso para as economias desenvolvidas – estaria ameaçado.

4 (Hobsbawm, 2003 p.342)

com um futuro de grandes siderúrgicas tropicais movidas por imensas instalações hidroelétricas à sombra de represas titânicas, queriam eles próprios controlar e desenvolver seus recursos nacionais."⁵

1.2 O pensamento Desenvolvimentista conservador

O pensamento conservador dos países desenvolvidos também participou desse debate, procurando dar uma resposta às pressões geopolíticas do período e à nova conjuntura que havia se estabelecido com o pós-guerra. Forjou-se então uma teoria onde o desenvolvimento econômico se identifica com a evolução das capacidades produtivas, teoria esta que tem por objetivo explicar por que as forças produtivas evoluíram nos países desenvolvidos, convidando os não-desenvolvidos a também se desenvolver. Os autores ligados a essa teoria, seguiram por diferentes abordagens para tratar o subdesenvolvimento; é, entretanto, comum a todos eles o ataque às estruturas arcaicas, consideradas como causas do atraso. Desta forma, os diferentes autores que tratam deste tema no período realizam estudos buscando identificar essas estruturas tradicionais e as formas de superá-las. Ainda que esses autores não deixem claro, essa teoria possui pressupostos implícitos, que Theotonio (1978) sintetiza da seguinte forma⁶:

"Poderíamos resumir estos supostos em los siguientes:

1. Se supone que desarrollarse significa dirigirse hacia determinadas metas generales, que corresponden a un cierto estadio de progreso del hombre y de la sociedad cuyo modelo se abstrae a partir de las sociedades más desarrolladas del mundo actual. A este modelo se le llama sociedad moderna, sociedad industrial, sociedad de masas etcétera.
2. Se supone que los países subdesarrollados avanzarán hacia estas sociedades una vez que eliminen ciertos obstáculos sociales, políticos, culturales e institucionales. Estos obstáculos están representados por las 'sociedades tradicionales', e los 'sistemas feudales', o los 'restos feudales' conforme las distintas escuelas de pensamiento.
3. Se supone que es posible distinguir ciertos procedimientos económicos, políticos y psicológicos que permitan movilizar los recursos nacionales en forma más racional y que estos medios pueden ser catalogados y usados por la planeación.
4. A esto se agrega la necesidad de coordinar ciertas fuerzas sociales y políticas que sustentarían la política del desarrollo. Asimismo se resalta la necesidad de una

5 (Hobsbawm, 2003 p.343)

6 Como veremos adiante a clara compreensão destes pressupostos é fundamental para a crítica desta teoria e foi fundamental para a elaboração da teoria da dependência.

base ideológica que organice la voluntad nacional de los distintos países para realizar las 'tareas' del desarrollo"⁷.

Dentre as abordagens sugeridas para a problemática do desenvolvimento por estes autores, duas despontam como as mais relevantes para ilustrar o pensamento desenvolvimentista conservador que se produziu nas nações desenvolvidas. A primeira entende o desenvolvimento como um processo de assimilação - por parte das nações menos desenvolvidas - do desenvolvimento das regiões que já alcançaram patamares mais elevados. Sendo assim o processo de desenvolvimento se daria através da difusão de conhecimento, tecnologia, valores e capital, de modo que os países menos desenvolvidos pudessem, de forma acelerada, aproximar-se dos mais desenvolvidos⁸. A segunda abordagem se desenvolve a partir da construção de modelos ideais de economias desenvolvidas e atrasadas, que só podem ser diferenciadas pela comparação dos traços característicos de cada tipo de sociedade. O processo de desenvolvimento seria então para os autores que representam esse ponto de vista a passagem de um tipo de sociedade para outro⁹. Ainda que por caminhos diferentes, essas duas abordagens cumprem as funções semelhantes e complementares: a primeira, legitimando a posição vantajosa das economias mais desenvolvidas; a segunda, indicando aos demais países a trajetória a ser percorrida para que possam, eles também, alcançar o desenvolvimento. Essas teorias têm, portanto, forte conteúdo ideológico e político.

1.2.1 O Desenvolvimento por Difusão e Assimilação

Os autores dessa corrente defendem a idéia de que o desenvolvimento das regiões mais atrasadas deve se dar pela difusão de elementos culturais e econômicos dos países mais desenvolvidos, isto é, pela absorção, por parte das nações menos desenvolvidas, dos elementos fundamentais das economias dos países do norte. Esta difusão se daria das metrópoles para as capitais e centros urbanos dos países menos desenvolvidos, para depois expandir-se dos centros urbanos para o interior dos países atrasados. Este ponto de vista considera o subdesenvolvimento como o estágio inicial de todas as sociedades e que somente subsistiria por impecilhos a difusão do desenvolvimento. É importante observar que, nessa linha de pensamento, o desenvolvimento é produto justamente da interação entre os países mais desenvolvidos

7 (Santos, 1986 p.287)

8 Exemplos dessa linha de raciocínio podem ser encontrados em: Moore y Feldman, Labor Commitment and Social Change in Developing Areas, e Daniel Lerner, The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East.

9 Este tipo de abordagem pode ser encontrada nos trabalhos de Bert F. Hoselitz e Talcon Parsons.

e os atrasados, sendo o subdesenvolvimento seria causado pela resistência à difusão do desenvolvimento. Assim, qualquer iniciativa por parte dos países subdesenvolvidos no sentido de acelerar seu próprio desenvolvimento deve ser desencorajada, pois representaria um entrave ao processo de difusão.

Os autores da corrente difusionista argumentam que a principal causa do baixo desenvolvimento dos países do sul é sua pobreza. Por serem pobres, tais países carecem de capital para poder investir sendo difícil para eles, senão impossível, superar o subdesenvolvimento por suas próprias forças¹⁰. Esses países, entretanto, poderiam desfrutar do capital que é difundido dos centros em direção à periferia para assim realizar seus investimentos¹¹. Para esses autores, a condição primária para que a difusão de capital atue como forma de acelerar o desenvolvimento na periferia reside em transferências substanciais de capital do centro em direção à periferia. Entretanto, como mostra Gunder Frank, o que ocorre é exatamente o contrário:

“Los cálculos conservadores del Departamento de Comercio de Estados Unidos muestran que, entre 1950 y 1965, el flujo total de capital destinado a inversiones salido de Estados Unidos hacia el resto del mundo, ascendía a 23.900 millones de dólares, mientras que la correspondiente entrada de ganancias ascendía a 37 mil millones, dejando una entrada neta, hacia los Estados Unidos, de 13.100 millones. De este total, 14.900 millones afluyeron de Estados Unidos a Europa y Canadá, mientras que 11.400 se dirigían en la dirección opuesta, dejando un egreso neto desde Estados Unidos, de 3.500 millones. No obstante, la situación existente entre Estados Unidos y todos los demás países, en su mayoría los pobres y subdesarrollados, es totalmente opuesta: 9.000 millones de inversión fluyen a estos países mientras que 25.600 millones de ganancias de capital salen de ellos hacia Estados Unidos con una entrada neta de los pobres hacia el rico de 16.600 millones.”¹²

Gunder Frank faz ainda a ressalva de que estes dados não refletem adequadamente toda a transferência de capital que se dá no sentido oposto ao esperado pelos difusionistas; mesmo assim, eles revelam que, ao contrário do esperado por estes autores, são as áreas menos desenvolvidas que transferem capital para os países do norte. O investimento estrangeiro não cumpriria, portanto, o papel de combater o subdesenvolvimento, mas serviria para agravá-lo. O depoimento de Arturo Frondizi

10 A baixa capitalização como causa do subdesenvolvimento aparece aqui, para estes autores, como um dos pressupostos desta teoria. Tal pressuposto será melhor analisado ao longo do trabalho.

11 A justificativa para estes fluxos seria que, em um mundo com livre mobilidade de capitais, este seria investido nas regiões periféricas, que apresentariam melhores possibilidades de retorno. As restrições à livre mobilidade do capital seria assim um fator que restringiria o desenvolvimento.

12 (Frank 1973 p.64)

sobre a economia Argentina é ilustrativo para esclarecer o papel do investimento estrangeiro em países subdesenvolvidos:

“No está de más recordar que el capital extranjero procede por lo general como un agente perturbador de la moral, de la política y la economía argentina. [...] Una vez establecido, al amparo de disposiciones excesivamente liberales, el capital extranjero obtuvo créditos bancarios que le permitían expandir sus operaciones y por lo tanto sus ganancias. Estas ganancias eran inmediatamente remitidas al extranjero, como si todo el capital de inversión hubiese sido importado por el país. De esta forma, la economía nacional venía a fortalecer la capitalización extranjera y a debilitarse a sí misma... La tendencia natural del capital extranjero en nuestro país ha sido, en primer lugar, establecerse en áreas de grandes rendimientos... Cuando el esfuerzo, la inteligencia y la perseverancia argentinas crearon una oportunidad económica independiente, el capital extranjero la destruyó o trató de crearles dificultades... Los capitales extranjeros tuvieron e tienen una decisiva influencia en la vida social y política de nuestro país... La prensa es también en general un instrumento activo de este proceso de sumisión... Los capitales extranjeros han tenido especial influencia en la vida política de nuestra nación, aliándose estrechamente con la oligarquía conservadora.. aquellos que están atados a los capitales foráneos por lazos económicos (directores, personal burocrático, abogados, periódicos que reciben anuncios, etc.) y aquellos que sin tener relaciones económicas, terminan por ser dominados por el clima político o ideológico creado por los capitales foráneos.”¹³

A difusão tecnológica somente se dá de forma parcial. Sem alongar-se muito sobre este assunto (que será melhor discutido adiante), enquanto vigora a divisão internacional do trabalho as regiões menos desenvolvidas absorvem tecnologia apenas nos setores ligados às atividades de exportação, o que contribui não somente para a especialização dessas regiões em produtos destinados ao mercado externo, como para a retração dos setores ligados ao mercado interno¹⁴. Desta forma a não-difusão da tecnologia – pelo menos da tecnologia de ponta ou dos setores mais avançados – é fundamental para o padrão de comércio internacional que se estabelece entre as áreas menos desenvolvidas e as de maior desenvolvimento. Não se trata então, como os difusionistas propõem, de uma resistência, por parte das regiões menos desenvolvidas, em assimilar a tecnologia e sim de uma restrição à difusão da tecnologia praticada pelas nações mais desenvolvidas, com o objetivo de preservar vantagens no tocante à produção internacional.

13 Arturo Frondizi extraído de (Frank 1973 p.68).

14 Aqui faz-se referência ao período de inserção das economias menos desenvolvidas na divisão internacional do trabalho, entretanto mesmo após a industrialização da periferia a tecnologia difundida, ou os setores difundidos, são em geral defasadas em relação as utilizadas pelo centro ou os setores menos dinâmicos das economias capitalistas. Desta forma os centros preservam uma vantagem tecnológica em relação as periferias.

Um último aspecto importante da teoria difusionista seria a exportação, para as áreas menos desenvolvidas, de instituições e valores ideológicos, próprios ao processo de desenvolvimento das economias do norte. Dentre os valores propagados a partir das economias desenvolvidas destaca-se o liberalismo como o principal valor difundido e que merece atenção especial¹⁵.

Revisando a história das nações mais desenvolvidas, e que defendem o liberalismo, observa-se que estas, em sua fase de desenvolvimento, adotaram práticas se não opostas, pelo menos divergentes daquelas que difundem. Chang em seu livro, *Chutando a Escada*, procura mostrar como instituições adversas ao liberalismo foram importantes para o desenvolvimento das nações mais ricas do planeta:

"Por exemplo, aceita-se amplamente que a Grã-Bretanha veio a ser a primeira superpotência mundial graças à política de *laissez-faire*, ao passo que a França ficou relegada ao atraso em razão de uma política intervencionista. Do mesmo modo, é comum admitir-se que os Estados Unidos abandonaram o livre-comércio em favor da protecionista tarifa Smoot-Hawley e que o início da Grande depressão (1930) foi, como disse Bhagwati, o famoso economista partidário do livre-comércio, 'a lei mais notória e expressiva da estupidez anticomércio.' Outro exemplo da certeza de que os países desenvolvidos chegaram a esse status econômico graças às políticas e instituições 'boas', encontra-se frequente divulgação de que, sem a lei de Patentes e os demais direitos de propriedade intelectual, eles não teriam gerado as tecnologias que os levaram à prosperidade. O National Law Center for Inter-American Free Trade, com sede nos Estados Unidos, proclama que '[o] registro histórico nos países industrializados que outrora estavam em desenvolvimento demonstra que a proteção à propriedade intelectual foi um dos mais poderosos instrumentos do desenvolvimento econômico, do aumento das exportações e da difusão de novas tecnologias, da arte e da cultura' E assim por diante.

Será, no entanto, verdade que as políticas e instituições tão recomendadas aos países em desenvolvimento foram adotadas pelos desenvolvidos quando se achavam em processo de desenvolvimento? Mesmo em termos superficiais, não faltam indícios e evidências históricas fragmentárias sugerindo o contrário. É possível que alguns saibam que, contrariamente à sua natureza nos séculos XVIII ou XX, o Estado francês do século XIX foi extremamente conservador e não intervencionista. Também é provável que estejam informados sobre as elevadas tarifas praticadas pelos Estados Unidos, pelo menos a partir do fim da Guerra de Secessão. Uns poucos terão ouvido dizer que o banco central norte-americano, o Federal Reserve Board, foi criado bastante tardiamente, nada menos que em 1913. E é possível que uma ou duas

15 As exportações dos valores liberais se dá através de diversos meios, que vão desde o debate acadêmico até a criação de organismos internacionais responsáveis por defendê-los e, em certos casos, impô-los, como a OMC e o FMI.

peessoas saibam até que, no século XIX, a Suíça se alçou à categoria de líder mundial em tecnologia sem contar com uma só Lei de Patentes.

À luz dessas provas contrárias à visão ortodoxa da história do capitalismo, cabe indagar até que ponto os países desenvolvidos não estão procurando esconder o ‘segredo de seu sucesso’.”¹⁶

Não parece que proteção ao mercado interno ou a indústria nascente tenham-se tornado contraditórias com o desenvolvimento econômico desde que os países mais ricos se desenvolveram. Ao contrário, o que se conclui é que as instituições promovidas pelos países que já se desenvolveram contribuem para o subdesenvolvimento dos países mais pobres e para a manutenção do papel destes na economia mundial.

Encontramos em Gunder Frank a seguinte passagem, bastante ilustrativa do argumento:

“Los grupos de presión que controlaban la política económica del país eran decididamente más librecambistas que Courcelle Seneuil, famoso y respetado líder de libre cambismo doctrinario; eran definitivamente más papistas que el Papa... los exportadores mineros del norte del país eran librecambistas. Esta posición no se debía fundamentalmente a razones de tipo doctrinario – aunque también las hubo – sino al hecho sencillo de que estos señores estaban dotados de sentido común. Ellos exportaban cobre, plata, salitre y otros minerales... donde recibían su pago en libras esterlinas o dólares... Es difícil concebir altruismo, elevación de miras o visión profética que hicieran que estos exportadores aceptaran pagar derechos de exportación e importación en aras de una posible industrialización del país.”¹⁶

“Los sectores dinámicos en el proceso de desarrollo de litoral, comerciantes y ganaderos, tenían sus intereses estrechamente vinculados a la expansión de las exportaciones. El libre cambio se convirtió, pues, en la filosofía y la práctica política de estos grupos... Exportaciones libres implicaban importaciones libres.”¹⁷

A assimilação da ideologia liberal, no entanto, seria impossível se esta não fosse ao encontro dos interesses de setores internos aos países subdesenvolvidos. São precisamente os setores dominantes nas economias subdesenvolvidas – os ligados à exportação e ao mercado externo – que mais se beneficiam com as instituições defendidas pelo liberalismo. A exportação do liberalismo corresponde então à expressão dos interesses daqueles que o divulgam, mas também corresponde à expressão dos

16 Max Nolf retirado de (Frank 1973)

17 Aldor Ferrer retirado de (Frank 1973)

interesses daqueles que o assimilam. Entretanto, nada aponta para a conclusão de que o liberalismo contribui – ou contribuiu – para o desenvolvimento.

Pode-se, portanto, concluir que a difusão não representa uma forma eficaz de promover o desenvolvimento econômico e que pode, ao contrário, contribuir para sua reafirmação. Esta crítica será fundamental para a compreensão da teoria da dependência que estudaremos mais adiante.

I.1.2 Rostow e os ciclos do desenvolvimento

O outro enfoque conservador da teoria do desenvolvimento é construído a partir da comparação entre modelos ideais. Estabelece-se uma concepção única de sociedade desenvolvida, dotada de característica que a difere de qualquer outro patamar de desenvolvimento. As sociedades que não apresentarem as características selecionadas são classificadas em um nível de desenvolvimento inferior. O desenvolvimento se daria então através de transformações nas sociedades menos desenvolvidas, objetivando alcançar as características das sociedades desenvolvidas.

Hoselitz (1964), a partir do trabalho de Parsons (1961) sobre variáveis-padrão¹⁸, propõe uma classificação do nível de desenvolvimento das sociedades segundo características intrínsecas das mesmas. O trabalho de Parsons sugere que toda e qualquer sociedade pode ser exaustivamente analisada com apenas cinco pares de variáveis-padrão¹⁹, sendo elas: Universalismo y particularismo; logro y adscripción; especificidad y adscripción; hacia uno o hacia La colectividad; afetividad o neutralidad. Hoselitz afirma que as nações mais desenvolvidas são marcadas pelo universalismo, orientación hacia logros e especificidad funcional²⁰ enquanto que as nações menos

18 (Frank 1973)

19 Hoselitz toma las variables-patrón del Social System de Parsons y las aplica al estudio del desarrollo económico y el cambio cultural. Las variables-patrón, según el Dictionary of Sociology, son tipos de opciones que tienen los seres humanos; son dicotomías... que representan extremos polares. Universalismo y particularismo se denomina a uno. Es decir, que cualquier individuo que se encuentra en una situación que requiere una opción con respecto a sus relaciones con otros tiene que preguntarse si él actuará en términos de un precepto universalmente aceptado o de uno particular a la situación en que se encuentra. Actuará conforme a la regla, o en términos de las calidades específicas de la persona hacia quien él está dirigiendo su acción. Otro par se denomina logro y adscripción (a veces denominados actuación y calidad) y aquí una persona, al decidir como actuará, enfoca su atención en los aspectos logrados de la persona, como sus calificaciones profesionales, o en sus calidades adscritas, como sexo, edad, clase social... Otro par se denomina especificidad y difusibilidad (o difusión) funcional y aquí la opción considera factores limitados y específicos, como un contrato hecho y obligaciones más amplias y difusas, como la lealtad familiar... El objetivo de este esquema es permitir al sociólogo identificar las opciones que hace, sobre todo las de tipo institucionalizado... El análisis con él variable-patrón puede usarse para identificar similitudes y diferencias entre culturas, o puede restringirse su uso aplicándolo a aspectos de la sociedad, a subsistemas de tipo institucional, como sistemas políticos...

Según Parsons todo sistema social y toda acción social pueden ser exhaustivamente analizados en términos de solamente cinco pares de variables-patrón que supuestamente caracterizan toda acción social posible, y que son orientación hacia uno o hacia la colectividad, afectividad o neutralidad afectiva, y los tres pares arriba mencionados que emplea Hoselitz. (Frank 1973 p.38)

20 Deve-se observar que as variáveis que Hoselitz apresenta como características de um país desenvolvido vão ao encontro do liberalismo.

desenvolvidas são caracterizadas pelas variáveis opostas – particularismo, adscripcion e difusidad funcional. Hoselitz conclui que o caminho para o desenvolvimento se daria pela eliminação das variáveis características do subdesenvolvimento e pela adoção das que estão presentes nos países desenvolvidos²¹.

Tal como os demais autores que construíram seus modelos partindo de abstrações ideais de sociedades, Hoselitz e Parsons acabam por propor um modelo que se afasta da realidade. De fato, uma análise detalhada da história dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos sugere características diversas daquelas que Hoselitz identifica. A eficácia real desse tipo de trabalho acaba sendo nula, pois, ao desconsiderar as particularidades históricas do subdesenvolvimento, em nome da construção de um modelo ideal único e abrangente, os autores acabam por ignorar as causas do subdesenvolvimento – assumindo o subdesenvolvimento como uma condição inicial e originaria das sociedades. Além disto – mesmo que assumíssemos as características sugeridas como suficientes e precisas para descrever as sociedades subdesenvolvidas e desenvolvidas – não existe qualquer motivo que leve a crer que a transformação das qualidades de um tipo de sociedade leve à transformação da estrutura das mesmas.

Ainda dentro da abordagem baseada em modelos ideais, Rostow propõe um modelo singular que merece atenção. A análise do trabalho de Rostow é de grande ajuda para a compreensão da teoria do desenvolvimento conservadora originada nos países desenvolvidos e é crucial para compreender as teorias que se desenvolvem na periferia. A crítica de tal modelo é fundamental, pois explora os principais elementos orgânicos da teoria proveniente dos países desenvolvidos e instrumentaliza-nos para pensar estratégias autônomas.

Rostow constrói seu modelo descrevendo cinco momentos ou fases do desenvolvimento. A passagem de uma fase para a seguinte é dada não apenas por um novo patamar de acumulação, mas também por mudanças políticas e transformações estruturais. Nas palavras do próprio Rostow:

“É possível identificar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco categorias: a sociedade tradicional, as condições necessárias para a decolagem, o take-off, a marcha para a maturidade, e da idade de alto consumo de massa.

A sociedade tradicional é aquela cuja estrutura é desenvolvida dentro das funções de produção limitada, baseada na ciência pré-newtoniana e tecnologia e nas atitudes pré-newtoniana para o mundo físico.”²²

O fato central sobre a sociedade tradicional era de que existia um limite no nível de produção atingido por cabeça. Este limite resultou do fato de que as potencialidades que decorrem da ciência e da tecnologia moderna não estavam disponíveis ou não regular e sistematicamente aplicadas”

O segundo estágio é aquele onde são constituídas as pré-condições para o arranque ou decolagem — entendido como um momento de transição com o objetivo de superar os rendimentos decrescentes característicos da fase anterior. Para o autor, é nesse momento que a sociedade começa a experimentar contínuos excedentes produtivos advindos da especialização do trabalho. A partir desses excedentes, vai-se desenvolver o comércio cuja expansão gera um ciclo virtuoso que acabará por transformar toda a sociedade. Com a expansão do comércio constrói-se uma infraestrutura com o objetivo de dar suporte ao mercado; com o desenvolvimento do comércio, vem o aumento de renda, do investimento e o surgimento de uma atividade empreendedora. A ciência passa a ser aplicada na agricultura e também na produção manufatureira o que possibilita um incremento na capacidade produtiva e novos excedentes. Neste momento o comércio se expande para fora das fronteiras nacionais e passa a demandar cada vez mais da indústria. Todas essas transformações ocorrem, porém em um ritmo limitado, graças à persistência de métodos arcaicos de produção e antigos valores e estruturas sociais. Esse momento é marcado pelo choque destes antigos valores com valores modernos. Os novos valores e o nacionalismo em oposição aos tradicionais interesses locais e agrários acabam por consolidar o processo de formação de um Estado nacional. Rostow conclui que:

“A etapa das pré-condições não surge endogenamente, mas é produto da intervenção de sociedades mais avançadas”. (...)

“Se espalha a idéia de que não apenas o progresso econômico é possível, mas que o progresso econômico é uma condição necessária para outro propósito, considerado ser bom: seja a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para as crianças. Educação, pelo menos para alguns, amplia e muda para atender às necessidades da atividade econômica moderna. Novos tipos de homens empreendedores apresentam-se - na economia privada, no governo, ou ambos - dispostos a mobilizar a poupança e de assumir riscos em busca do lucro ou modernização. Bancos e outras instituições para a mobilização de capital aparecem. Aumenta o investimento, designadamente no domínio dos transportes, comunicações e de matérias-primas que outras nações possam ter um interesse econômico. O âmbito do comércio, interno e externo, aumenta. E, aqui e ali, empresa industrial moderna aparece, usando novos métodos.”²³

A terceira etapa, a do arranco propriamente dito, representa o momento onde todas as resistências e obstruções ao desenvolvimento já foram superadas. Isso, sobretudo para Rostow, significa um grupo de empreendedores com acesso aos meios para investir no processo de desenvolvimento e dispostos a arcar com os riscos, além de um desenvolvimento tecnológico prévio que possibilite a elevação da capacidade produtiva. Nesse período, a indústria se expande e ocorre uma migração do campo para as cidades. O autor indica ainda que essa expansão ocorre em uma região limitada e baseada em um pequeno número de indústrias. A evolução do processo econômico seria acompanhada também por transformações políticas e sociais que dariam suporte ao desenvolvimento da indústria.

“A decolagem é o intervalo, quando os blocos antigos e resistências para o crescimento constante são finalmente superados. As forças de fazer para o progresso econômico, que resultaram em explosões limitadas e enclaves da atividade moderna, expandem-se a fim de dominar a sociedade. O crescimento torna-se sua condição normal. juros compostos se construíram, por assim dizer, em seus hábitos e estrutura institucional.”²⁴

“No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político.”²⁵

Ao longo do arranco novas empresas vão surgindo e se desenvolvendo. Seu crescimento gera elevação da renda; a massa de lucros obtida por essas empresas é em

23 (W. W. Rostow 1960)

24 (W. W. Rostow 1960)

25 (W. W. Rostow 1960)

grande parte reinvestida, ampliando ainda mais o crescimento econômico. Nas palavras do próprio Rostow:

“Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam as taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige os fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados.”²⁶

A marcha para a maturidade — a quarta etapa — seria a etapa onde a tecnologia de ponta passaria a estender-se a todos os setores da economia. Neste momento, a base produtiva diversificar-se-ia progressivamente e a economia passaria a ser capaz de produzir um espectro cada vez maior de produtos, tornando-se assim menos dependente de produtos produzidos no exterior. A marcha para a maturidade é fundamentalmente um período de diversificação industrial, cujo objetivo é homogeneizar as capacidades produtivas da economia em um processo onde se extrapolam os investimentos e tecnologias dos setores mais produtivos, que puxaram o arranco, para os demais. O resultado desse processo é uma economia com ampla capacidade produtiva e pouco dependente das demais economias. É ainda Rostow quem diz:

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos — se não a todos eles, os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir.²⁷

A última etapa apontada por Rostow seria a que ele chama de “a era do consumo de massa”. Nesta fase, a economia tenderia a especializar-se em artigos para o consumo geral, o que só se torna possível porque o processo de desenvolvimento elevaria a renda por habitante.

A renda real por pessoa eleva-se a um ponto em que um maior número de pessoas consegue, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário. A estrutura da força do trabalho modifica-se de maneira tal que

26 (W. W. Rostow 1960)

27 (W. W. Rostow 1960)

não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados – conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida.²⁸

Esta é uma exposição simples e pouco detalhada de um trabalho que se propõe a criar um modelo geral do desenvolvimento. Não é, porém uma exposição simplista, pois traz os elementos relevantes do pensamento do autor acerca do desenvolvimento, possibilitando assim a sua crítica. O trabalho de Rostow serve para explicar a posição privilegiada dos países desenvolvidos no sistema capitalista mundial, mostrando que o caminho trilhado por eles ainda está aberto para qualquer país que queira desenvolver-se. Este trabalho representa a radical naturalização do processo de desenvolvimento, sendo, além de natural, espontâneo, pois é exclusivamente o produto possível da vontade dos homens²⁹ e da interação entre eles. Sendo assim só existiria um único caminho para o desenvolvimento – o supostamente trilhado pelos países hoje desenvolvidos – e todos os países estariam neste mesmo caminho ainda que em estágios diferentes.

O modelo de Rostow é limitado, pois representa a tentativa de generalizar um processo que supostamente se deu em um local e tempo determinado e em uma conjuntura determinada. Como já foi dito, porém, a crítica ao trabalho de Rostow é extremamente pertinente, pois revela as contradições do pensamento desenvolvimentista originado nos países desenvolvidos que têm por finalidade orientar o desenvolvimento dos países do sul.

O trabalho de Rostow tenta construir um caminho idealizado do desenvolvimento em bases capitalistas. Só que a trajetória por ele proposta se mostra incoerente com os fatos históricos, não correspondendo à realidade presente e passada das nações subdesenvolvidas. A primeira etapa do modelo de Rostow representa uma hipótese forte, a de que o subdesenvolvimento é a condição original das sociedades tradicionais – não havendo então etapas anteriores ao subdesenvolvimento. Isto significa, em primeiro lugar, desconhecer a história das regiões menos desenvolvidas e aceitar que estas regiões sempre foram menos desenvolvidas. O movimento de

28 (W. W. Rostow 1960)

29 O argumento de Rostow só tem algum sentido se admitirmos uma racionalidade imutável inerente ao ser humano onde todos os homens estão ávidos para buscar os prazeres do consumo com o menor esforço possível. Essa naturalização do ser humano, que ignora as determinações históricas, é a mesma presente no centro da teoria neoclássica.

naturalização do subdesenvolvimento – as sociedades seriam subdesenvolvidas simplesmente porque nasceram subdesenvolvidas e ainda não se desenvolveram – é crucial neste modelo, pois permite que não haja necessidade de questionamentos sobre as causas do subdesenvolvimento – podendo o autor concentrar-se apenas na passagem para o desenvolvimento.

A primeira etapa apresenta ainda outra hipótese implícita, a de que todos os países hoje desenvolvidos já foram um dia subdesenvolvidos e passaram por todas as etapas até chegarem a condição de desenvolvidos. Mais uma vez os fatos discordam de Rostow. Para assumirmos que as nações que se encontram em um maior grau de desenvolvimento foram um dia subdesenvolvidas, teríamos que reinventar o conceito de subdesenvolvimento. De fato, as condições colocadas no passado para os países hoje mais desenvolvidos são extremamente diferentes das que hoje enfrentam as nações subdesenvolvidas. Como observa Bettelheim, as economias hoje desenvolvidas não tiveram que suportar nenhuma das características marcantes das economias subdesenvolvidas. As economias hoje desenvolvidas nunca foram dependentes do mercado mundial, nunca tiveram uma dinâmica interna de desenvolvimento e estagnação vinculada a economias alheias; sua estrutura interna nunca comportou setores exportadores hipertrofiados, nem seu mercado interno era disputado, em sua quase totalidade, por empresas estrangeiras; não tiveram de suportar a carga de pesadas obrigações externas — juros de dívidas contraídos para financiar déficits ou dividendos pagos a empresas transnacionais — em uma moeda estrangeira, que impactam ainda mais sua capacidade de importar produtos essenciais que não produzia e tão pouco tinha capacidade de produzir; suas indústrias nascentes não foram dizimadas pela concorrência desigual com empresas já consolidadas e com capacidades produtivas superiores.³⁰ Na verdade, os países desenvolvidos jamais foram verdadeiramente subdesenvolvidos.

Ao propor um modelo de estágios evolutivos, Rostow propõe que haja apenas um único caminho para o desenvolvimento, cujo ponto de chegada seria as sociedades hoje desenvolvidas. Está implícito na teoria de Rostow uma concepção de subdesenvolvimento que se iguala a atraso – pois o ponto de partida seria o mesmo e

somente existiria um modelo de sociedade desenvolvida. Entender o subdesenvolvimento desta forma significa ignorar as especificidades e as causas do subdesenvolvimento, e assim abrir mão das possibilidades de superá-lo.

É característica da segunda fase proposta por Rostow a penetração nas economias atrasadas da influência advinda de nações mais desenvolvidas que teriam o papel de destruir as estruturas tradicionais e criar as pré-condições para o arranque na etapa seguinte. Desta forma, Rostow, assim como os demais autores ligados a teoria do desenvolvimento conservadora, considera que os países desenvolvidos exercem uma influência positiva no desenvolvimento das nações mais atrasadas. Entretanto, conforme veremos adiante, é justamente a relação entre as economias mais desenvolvidas e as subdesenvolvidas e a penetração das primeiras nas segundas que impede o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas.

Os países onde o capital se encontra em um estágio mais desenvolvido tendem a influenciar negativamente no desenvolvimento do capitalismo em países onde este se encontra em estágio mais primitivo. Razões para isso são várias e vão desde a necessidade de criar mercados para realizar a sua produção crescente - invadindo assim o mercado interno e destruindo a indústria menos competitiva dos países em menor grau de desenvolvimento - até a busca por matérias primas necessárias para sua produção³¹. Mas fundamentalmente essa interferência se dá porque, no sistema capitalista, a burguesia sempre concorre entre si e, a partir de certo grau do desenvolvimento capitalista, a concorrência passa a se dar também no plano internacional, entre burguesias nacionais que têm, cada uma, seu Estado como principal aliado e financiador. Desta forma, esta relação não só não tende a ser como não foi promotora do desenvolvimento.

O modelo proposto por Rostow acaba por induzir ao erro de considerar a expansão imperialista das economias mais desenvolvidas como solução para o subdesenvolvimento, quando, na verdade, ela se configura como uma de suas causas.

31 O papel reservado para os países subdesenvolvidos historicamente foi o de complementar o desenvolvimento dos países desenvolvidos. Para entendermos o desenvolvimento dos países do norte devemos levar em consideração os amplos mercados e a fonte barata de matérias primas que países do sul forneceram.

La causa de todo esto es que la realidad del subdesarrollo, que la primera y la segunda etapa de Rostow menosprecian e incluso niegan, consiste en que la incorporación de tierras y pueblos a un sistema mundial de expansión mercantilista y más tarde capitalista, fue la que comenzó su sub desarrollo; que, además, su continua participación en este mismo sistema aún mantiene e incluso agrava este subdesarrollo.³²

A teoria de Rostow sobre os estágios de desenvolvimento, que pretende ser uma dinâmica do desenvolvimento social, revela-se, em um estudo mais cuidadoso, apenas como um exercício de estática comparada. Na identificação de suas supostas etapas, o autor não faz nenhuma referência à forma em que se dá a passagem de uma para outra. Isto porque, para construir seu modelo, ele tem de abrir mão da análise da estrutura do subdesenvolvimento, considerando-o simplesmente como o não-desenvolvimento. Desta forma, a terceira etapa de Rostow acaba por significar apenas um momento de maior taxa de investimento e crescimento. Ao não perceber as especificidades do subdesenvolvimento – e assim considerar desenvolvimento apenas como crescimento econômico – o autor não percebe que um determinado país pode crescer e não se desenvolver, isto é, crescer economicamente, mas manter-se subdesenvolvido³³.

Que Rostow no hace referencia a la estructura, viene ya señalado por el hecho de que él atribuye la mayor importancia para el desarrollo, en la tercera etapa, a la simple tasa de inversión y crecimiento. La evidencia concluyente de la insuficiencia teórica de las etapas de Rostow para comprender y eliminar la estructura del subdesarrollo va, por supuesto, mucho más allá de eso. Ignorando completamente la historia de los países subdesarrollados, Rostow, por necesidad, ignora completamente a estructura de subdesarrollo. Los cambios en las instituciones y en la inversión que él establece como el punto de despegue para salir del subdesarrollo, no comienzan a afectar la verdadera estructura del subdesarrollo. La prueba es que países como Argentina, que Rostow alega están pasando al desarrollo, se están volviendo cada vez más estructuralmente subdesarrollados y que, de hecho, ningún país subdesarrollado ha logrado salir de su subdesarrollo siguiendo las etapas de Rostow.³⁴

No mesmo movimento em que ignora a história dos países subdesenvolvidos, Rostow também o faz para com a história dos países desenvolvidos. Ele afirma diretamente que a Inglaterra teria sido o primeiro país a se desenvolver e é categórico ao

32 (Frank 1973 p.57)

33 Rostow considera que, ao final do processo de desenvolvimento, os frutos deste estariam a disposição de toda população. Isto a rigor parece contraditório com o desenvolvimento de um sistema baseado na exploração de poucos sobre muitos. O simples crescimento econômico não necessariamente conduz ao desenvolvimento. Pelo contrário, o desenvolvimento do capitalismo tende a aprofundar a concentração de renda e os traços característicos do subdesenvolvimento.

34 (Frank 1973 p.59)

dizer que tal feito foi produto de seus próprios esforços através da adoção de práticas liberais. Entretanto, ao repassarmos a história deste país, observamos a importância que teve no seu desenvolvimento medidas como a proteção da indústria nascente e barreiras comerciais; como lembra Chang:

“ É importante notar que a supremacia tecnológica britânica, que viabilizou essa guinada para o regime de livre-comércio, foi conquistada sob a égide de “elevadas e duradouras barreiras tarifárias”. É igualmente importante observar que a generalizada liberalização da economia britânica, ocorrida na metade do século XIX, e da qual a liberalização do comércio não era mais do que uma parte, foi altamente controlada e supervisionada pelo Estado, não resultou de uma atitude *laissez-faire*. Convém ressaltar ainda que a “adesão da Grã Bretanha ao livre-comércio foi lenta e penosa: decorreram 84 anos entre a publicação de *A riqueza das nações* e o orçamento Gladstone de 1860; 31 anos entre Waterloo e a vitória ritual de 1846”³⁵

A consequência destas falhas é que a teoria de Rostow acaba sendo uma abstração sem qualquer ligação com a realidade ou com a história, sendo assim incapaz de representar uma orientação política para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. O principal erro de Rostow está em considerar as características do desenvolvimento como “*sui generis*” a cada país³⁶, não conseguindo reconhecer as particularidades do subdesenvolvimento, nem que este é condicionado pelo desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas.

1.3 Teorias do desenvolvimentismo na América Latina

Vimos que a estrutura internacional foi profundamente alterada no período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de novos países independentes e o maior questionamento acerca do desenvolvimento nas regiões menos abastadas do Globo. Assim como nos países do Norte, também nos países do Sul ganha força, nos meios acadêmicos e políticos, o questionamento acerca do crescimento econômico e do desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas. Na América Latina – que, embora, não se enquadre como uma região de novos países compartilha com eles a condição de subdesenvolvidos – também cresce a preocupação acerca das potencialidades dos países da região e o questionamento sobre o papel que a região desempenha no sistema capitalista mundial.

35 (Chang 2004 p.47)

36 (Frank 1973)

O argentino Raúl Prebisch, com seu ensaio intitulado “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas”, viria a dar uma importante contribuição para este debate. Seu trabalho foi fundamental para o pensamento desenvolvimentista latino-americano e através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), influenciando grande parte dos pensadores preocupados com o subdesenvolvimento na região. A CEPAL foi uma das muitas comissões econômicas regionais, subordinadas ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, destinadas a estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento. A agência passou a ser liderada por Raúl Prebisch a partir de 1950 e cumpriu um papel fundamental no tocante aos debates políticos e ideológicos³⁷ sobre o desenvolvimento da América Latina. Além da CEPAL, foram criadas também comissões similares na Ásia, África e Europa com a função de auxiliar no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, através da difusão da teoria desenvolvimentista produzida nos países do Norte.

Como vimos, era característico da teoria desenvolvimentista conservadora, originada nos países de maior desenvolvimento, entender o subdesenvolvimento como um momento prévio ao desenvolvimento. Sendo assim, todas as sociedades estariam em uma mesma trajetória contínua, que teria por ponto de chegada os países mais desenvolvidos. O subdesenvolvimento, nesta teoria, se identifica com atraso econômico; todas as sociedades poderiam alcançar o desenvolvimento superando seu atraso econômico. Um segundo aspecto fundamental dessas teorias é o que entende o desenvolvimento como modernização das condições econômicas e sociais de um país. Essa modernização corresponde à aproximação entre as condições dos países menos desenvolvidos e a dos países de maior desenvolvimento. Há ainda um terceiro aspecto fundamental, consequência dos anteriores. Como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são apenas dois momentos de uma mesma trajetória – apenas dois momentos distintos no processo de desenvolvimento de uma economia capitalista – a condição do subdesenvolvimento só pode ser analisada através de indicadores quantitativos, que permitam comparações entre seu estágio atual e um modelo ideal de economia desenvolvida.

37 De fato a CEPAL cumpriu um papel decisivo na história da América Latina, atuando como subsidiadora ideológica do debate desenvolvimentista que se passou na região.

O pensamento de Prebisch, mesmo mantendo forte relação com as teorias desenvolvimentistas produzidas no Norte, delas se diferencia, não se limitando a reproduzir essas teorias, mas pensando o desenvolvimento a partir da ótica do que ele chamaria de periferia. Com isso, a CEPAL não atuou simplesmente como difusora das idéias geradas nos países desenvolvidos, mas desenvolveu um corpo analítico próprio, fundamentalmente relacionado com a condição histórica da América Latina. É importante ressaltar que a CEPAL, ao longo dos anos, passou por diversas transformações, que tiveram impacto nos trabalhos por ela produzidos. Não cabe aqui analisar essas transformações, uma vez que, em nosso trabalho, procuraremos nos ater à fase inicial ou “clássica” da agência, quando liderada por Prebisch³⁸.

Diferentemente, portanto, de outras agências similares, a CEPAL, ao ser constituída, vincula-se à realidade interna da América Latina e expressa as contradições de classe que a caracterizam, inclusive as contradições intraburguesas. Não só isso, ela será instrumentalizada pela burguesia industrial, tanto em função das lutas sociais e políticas internas como dos conflitos estabelecidos ao nível da economia mundial. Isso fará com que a CEPAL, partindo da teoria do desenvolvimento nos termos em que havia sido formulada nos grandes centros, introduza nela as mudanças que representarão sua contribuição própria, original, e que farão do desenvolvimentismo latino-americano um produto em si, e não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento.³⁹

I.3.1 Raúl Prebisch e o modelo centro-periferia

A América Latina se destaca das demais regiões não desenvolvidas por sua independência política ter-se dado em um momento anterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Enquanto os demais países subdesenvolvidos estavam ainda terminando seus processos de independência, os países da região latino-americana já eram Estados nacionais consolidados com uma estrutura de classes complexa e uma elite agrária profundamente conectada e relacionada com o grande capital internacional. Além disso, a região já havia experimentado momentos de expansão da indústria que, porém, não representaram um processo estável de industrialização e de transformações estruturais.

De acordo com Prebisch, para analisarmos a América Latina, devemos, em primeiro lugar, compreender que existem diferenças fundamentais entre as economias da região e as das regiões desenvolvidas. No centro do pensamento de Prebisch, está o

38

Para maiores informações sobre a história do pensamento cepalino ver: Bielchowski Cinquenta anos de pensamento na Cepal.

39

(Marini, 2010 p.107)

esquema centro-periferia. Essa visão alternativa do sistema capitalista global será uma marca fundamental de seu trabalho, tendo influenciado fortemente os trabalhos que viriam a ser elaborados pela CEPAL. Por si só, a visão sobre a existência de um esquema centro-periferia já representa uma contestação aos modelos de desenvolvimento e comércio internacional por evidenciar uma polarização onde antes se insistia na ideia de homogeneidade.

O esquema centro-periferia representa a polarização de duas realidades distintas. A realidade do centro – centro político e econômico do sistema capitalista – onde as forças produtivas encontram-se não só em um estágio superior de desenvolvimento, como se estendem ao conjunto dos setores da economia e não apenas a alguns setores mais dinâmicos; sendo assim, há no centro homogeneidade no sistema produtivo. E a realidade da periferia – profundamente relacionada e dependente do centro – onde as forças produtivas se encontram em um nível inferior, incapaz assim de produzir a maior parte dos bens consumidos ou produzindo em quantidade insatisfatória; nessas economias haveria uma profunda heterogeneidade estrutural, pois, enquanto que as forças produtivas relacionadas ao setor interno se encontram pouco desenvolvidas, o mesmo não ocorre com as forças produtivas que se relacionam com o mercado de exportação.

No par de conceitos recém-mencionados está implícita uma idéia de desenvolvimento desigual originário: os centros se identificam com as economias onde as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro; a periferia, em contrapartida, é constituída por economias onde a produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional. Mas os conceitos de centro e periferia contêm mais que essa simples idéia de diferenciação inicial; segundo afirma, eles vão se conformando, e enquanto, nas áreas atrasadas, o progresso técnico só entra em exíguos setores de sua enorme população, pois geralmente não penetra a não ser ali onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industriais. ³⁹

A oposição centro-periferia traz internamente uma concepção do sistema internacional diametralmente oposta àquela proposta inicialmente pela teoria desenvolvimentista dos países do Norte. Ao reafirmar a condição periférica como não somente atrasada, mas também inferior percebe-se que existe uma assimetria de poderes entre os pólos onde o centro retém vantagens sobre a periferia. Desta forma, mantida a condição periférica, a relação entre os pólos será necessariamente desigual, resultando

em perdas para a periferia. É importante notar que, mesmo apontando para as diferenças entre o centro e a periferia, Prebisch não rompe com a proposição fundamental da teoria do desenvolvimento original — de que o subdesenvolvimento é uma etapa para o desenvolvimento e que todos os países poderiam se desenvolver desde que adequassem as suas economias aos padrões encontrados nas economias desenvolvidas⁴⁰.

A partir desta concepção do sistema capitalista internacional onde a periferia se insere, mas com um papel inferior, Prebisch vai estudar a condição da periferia. O quadro geral da periferia latino-americana é marcado por economias pouco industrializadas e com reduzida acumulação de capital, exportadora de gêneros primários e com base tecnológica defasada. O setor exportador é o mais desenvolvido, enquanto que o setor manufatureiro é atrofiado, sendo o consumo interno de produtos manufaturados atendido principalmente via importações. Isso configura um padrão instável de economias extremamente dependentes dos movimentos das economias centrais. Enquanto o valor das exportações for suficiente para saldar o valor das importações, e assim equilibrar o balanço comercial, as economias periféricas conseguem manter-se. Qualquer revés, porém, que gere saldos negativos no balanço comercial, deixa as economias periféricas em situação difícil, pois entre os produtos importados estão bens essenciais e não substituíveis pela produção interna. A inserção periférica como exportadora de gêneros primários era legitimada pela teoria tradicional da divisão internacional do trabalho. Segundo essa teoria, a especialização produtiva do centro em manufaturados e da periferia em primários deixaria a periferia em uma situação privilegiada em relação à opção de produzir internamente produtos mais complexos⁴¹.

Desta forma a inserção das economias primário-exportadoras no sistema capitalista mundial é basicamente vinculada ao desempenho das economias do centro,

40 (Marini, A crise do desenvolvimentismo, 2010)

41 Como defende Ricardo: "Seria indubitavelmente vantajoso para os capitalistas da Inglaterra e para os consumidores de ambos os países, que o vinho e o tecido fossem feitos em Portugal, transferindo-se para lá o capital e o trabalho empregados na Inglaterra na fabricação de tecidos. Nesse caso, o valor relativo de ambas as mercadorias seria regulado pelo mesmo princípio, como se uma fosse produzida em Yorkshire e a outra em Londres; e, se em qualquer outro caso, o capital fluísse livremente para aqueles outros países onde pudesse ser mais lucrativamente empregado, não haveria diferenças entre as taxas de lucro, e os preços reais, ou preços calculados com base no trabalho empregado na produção de mercadorias, não divergiriam senão pela quantidade adicional de trabalho exigido para levá-los aos vários mercados onde fossem vendidos. (...) Assim, um país dotado de grandes vantagens em maquinaria e em capacidade técnica, e que consiga, portanto, produzir certas mercadorias com muito menos trabalho que seus vizinhos, poderá importar em troca dessas mercadorias parte dos cereais necessários a seu consumo, mesmo que sua terra seja mais fértil e nela os cereais pudessem ser cultivados com menos trabalho do que no país do qual são importados. Dois homens podem fabricar chapéus e sapatos, sendo um deles superior ao outro em ambas as atividades. Mas, ao fabricar chapéus, o mais capaz só pode superar seu competidor em 1/5 ou 20%, e, ao fabricar sapatos, pode superá-lo em 1/3 ou 33%. Não será interessante para ambos, que o mais capaz fabrique exclusivamente sapatos e que o outro se dedique à produção de chapéus?" (Ricardo, 1817).

principais importadoras dos gêneros produzidos na periferia. Isso já evidencia a fragilidade das economias periféricas que, em momentos de crises nos países do centro⁴², são obrigadas a se defrontar com uma incapacidade de exportar – notadamente as economias periféricas especializadas em exportações de gêneros de segunda necessidade – e conseqüentemente dificuldades em importar, dada a escassez de divisas externas. Essa condição de exportadores de commodities, ou o desenvolvimento para fora como ficou conhecida, só pode ser sustentada quando duas condições são verificadas. A primeira diz respeito à complementaridade da economia periférica com as economias do centro⁴³; a segunda é a de que haja integração financeira, para que os países periféricos possam conseguir financiamento externo em momentos de refluxo de suas exportações. Caso a primeira condição não se verifique, a periferia não será capaz de, através de suas exportações, pagar o valor de suas importações. E, mesmo que os produtos ofertados pela periferia consigam encontrar compradores entre os países do centro, ainda é necessário que haja disponibilidade de crédito para a periferia, pois só assim ela pode financiar os déficits em seu balanço de pagamentos, em momentos de queda no valor de suas exportações.

Prebisch, entretanto, defenderá a tese de que este modelo de divisão internacional do trabalho e da produção global é excencialmente instável para a periferia, não dependendo de crises internacionais ou alterações conjunturais para a sua inviabilização. Um estudo mais detalhado revela inconsistências dinâmicas que acabam por inviabilizar a inserção periférica, da forma como foi exposta, no comércio internacional. Mesmo se desconsiderarmos a alteração na relação entre os preços dos produtos ofertados por cada um dos pólos, isto é, mesmo que a relação entre os termos de troca permaneça constante, os produtos manufaturados e as commodities têm diferentes elasticidades-renda. Isso quer dizer que com a elevação da renda nos países do centro, esses destinarão uma proporção menor de suas rendas ao consumo de produtos primários importados da periferia. Em contrapartida, na periferia o fenômeno é oposto: a evolução da renda faz com que a periferia tenha uma demanda crescente por produtos manufaturados, não apenas em quantidade, mas também em proporção à

42 Como crises não são apenas um acaso no sistema capitalista e sim inerentes a esse sistema, as economias periféricas passarão por severos apertos com regularidade, se mantido o modelo primário-exportador.

43 O que, aceitando esse padrão de desenvolvimento, contribui para a ratificação deste, pois desestimula a criação de uma indústria nacional.

renda. Tal descompasso já seria suficiente para gerar uma incapacidade de equilibrar o balanço de pagamentos nos países da periferia ao longo do tempo.

Soma-se a esse desequilíbrio a tendência à deterioração dos termos de troca. A teoria convencional do comércio internacional sugere que a especialização produtiva da periferia em gêneros primários daria a ela uma maior capacidade de consumo de bens manufaturados através de sua importação do que se ela mesma viesse a produzi-los. Além disso, essa teoria sugere que o preço dos produtos ofertados pela periferia, gêneros primários, cairia menos do que o preço dos produtos ofertados pelo centro, bens manufaturados, pois a produção de manufaturados tende a avançar tecnologicamente em velocidade maior que a de primários. Desta forma, o progresso técnico – que se supõe ocorrer mais rapidamente no setor manufatureiro, em comparação com o primário – faria com que, ao longo do tempo, a periferia pudesse consumir mais produtos manufaturados em troca de sua produção de primários.

"A especialização produtiva de centros e periferia e a conseguinte troca de manufaturas por bens primários deveriam trazer consigo contínuas vantagens para as áreas de menor desenvolvimento. Postula-se que o avanço técnico é mais rápido na indústria dos centros do que na produção primária da periferia e, em conexão com isso, que a produtividade aumenta mais rapidamente nos primeiros. Se em ambos os pólos os ganhos monetários permanecem constantes, e se os preços das respectivas exportações baixam em proporção aos aumentos de produtividade, os termos de troca melhorarão constantemente para a periferia, que assim conseguirá com os grandes centros industriais os frutos de seu progresso técnico"⁴⁴.

Desta forma, a periferia, além de ter um acesso maior aos bens manufaturados do que se ela mesma produzisse, ao longo do tempo, mesmo sem ser responsável pelos avanços técnicos em manufaturados, poderia desfrutar deles, através do comércio internacional. Por essa teoria, portanto, a periferia só teria vantagens na especialização em primários.

A realidade empírica contradiz, porém essa teoria. Ao longo do tempo, os termos de troca se deterioram no sentido oposto ao previsto, isto é, os preços dos produtos da periferia diminuem mais que os dos produzidos no centro. Com o que a periferia tem de produzir e exportar cada vez mais para manter um mesmo nível de importação; por

outro lado, ela também demanda, com a elevação de sua própria renda, cada vez mais produtos importados. Segundo Prebisch, a causa deste fenômeno é que, nos países centrais, o impacto do aumento de produtividade não seria transferido de maneira plena e imediata para os preços, sendo retidos na forma de salários, enquanto que, na periferia, este fenômeno não ocorreria e todas as inovações tenderiam a reduzir os preços dos produtos produzidos na região.

Os preços primários sobem com mais rapidez que os finais na crescente, mas também descem mais que estes na minguante; dessa forma, os preços finais se vão apartando, progressivamente, dos preços primários. /.../ A razão é muito simples. Durante a crescente, uma parte dos benefícios se foi transformando em aumento de salários, pela concorrência dos empresários uns com os outros e pela pressão sobre todos eles das organizações operárias. Quando, na minguante, o benefício tem que comprimir-se, aquela parte que se transformou em ditos aumentos perdeu, no centro, sua fluidez, em virtude da conhecida resistência à baixa dos salários. A pressão se desloca então para a periferia com maior força que a naturalmente exercível caso não fossem rígidos os salários e os benefícios no centro, em virtude da limitação da concorrência. Assim, tanto menos possam comprimir-se as remunerações, no centro, tanto mais terão que fazê-lo na periferia. /.../ Nisto está à chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais, não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas à sua própria economia, mas, ainda, estão em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia.⁴⁵

A deterioração de termos de troca, penalizando a periferia, tem o significado de que esta, além de não absorver parte dos frutos do progresso técnico dos centros, não consegue reter também os benefícios de seu próprio progresso técnico. Estabelece-se assim uma transferência de recursos do pólo periférico para o central, o que contribui para a manutenção da condição inferior da periferia e para o seu subdesenvolvimento.

O modelo de divisão internacional do trabalho era também impossibilitado pela alteração na estrutura do sistema capitalista internacional. Relembremos que somente haveria equilíbrio nas economias periféricas enquanto existisse complementariedade da estrutura produtiva destas em relação às economias do centro. Entretanto, o declínio econômico da Inglaterra – principal potência durante o auge da divisão internacional do trabalho e responsável por organizar tal modelo – e a ascensão dos Estados Unidos da América como potência alterou profundamente a estrutura do sistema capitalista

⁴⁵ (Prebisch, 1949 p.58 e 59)

internacional. O novo centro, diferente da Inglaterra, era um grande produtor de gêneros primários e protegia seu mercado interno. Furtado atento a este tema escreve:

“Ademais, a mudança do centro cíclico da Grã-Bretanha para os Estados Unidos também tenderia a contribuir para a baixa elasticidade-renda dos produtos primários em função do baixo coeficiente de importação e das barreiras protecionistas deste último. O coeficiente de comércio exterior da Grã-Bretanha teria aumentado de 8,5% para 30% ao longo da década de 1820. Nos Estados Unidos, entre 1919 e 1959, o coeficiente de comércio exterior teria declinado de 9,2% para 4,1%”⁴⁶

Desta forma se tornam cada vez mais restritas as possibilidades de trocas com o centro. A estrutura do sistema internacional somada a sua instabilidade acabam por inviabilizar o modelo de desenvolvimento voltado para fora e decretar a necessidade imediata de superação deste. As crises recorrentes que a periferia agro-exportadora enfrenta não têm apenas causa conjuntural, mas são conseqüência das contradições internas da divisão internacional do trabalho. Por outro lado era crucial absorver o excedente de mão de obra na periferia e elevar a renda per capita da população.

"Se fossem introduzidas melhorias técnicas na agricultura, teríamos aumentos da produtividade por trabalhador e formação de mão-de-obra excedente nesse setor. Haveria, também, melhoria da renda da comunidade, seja através de maiores lucros ou menores preços. A absorção dessa mão-de-obra, na melhor das hipóteses, em outras atividades, representaria aumento de renda real que se somaria ao ganho anterior. Porém os países periféricos tinham alto coeficiente de importação, e esse aumento de renda faria crescer as importações. Ao mesmo tempo, as exportações dependem de fatores alheios ao controle dos países latino-americanos e, na estimativa da CEPAL clássica, o novo centro possuiria baixo coeficiente de importação e, por conseqüência, baixa elasticidade-renda de importação para bens primários. Resultado: não adiantaria investir o progresso técnico na produção de primários para exportação, pois ou o aumento da renda pressionaria o balanço de pagamentos ou o excesso de oferta somado ao excedente de mão-de-obra, redundaria em deterioração dos termos de troca. Enfim, o processo de crescimento de um país periférico latino-americano induz naturalmente ao desequilíbrio do balanço de pagamentos”⁴⁷.

O processo de especialização produtiva e de inserção rebaixada no comércio internacional tem como conseqüência que os crescimentos na renda da periferia gerem desequilíbrios no balanço de pagamentos. Assim apenas duas alternativas estavam colocadas para a periferia: a primeira era de enfrentar graves recessões nos períodos de

46 (Furtado 1979 p.227 Retirado de Morais 2008)

47 (Amorim)

crise do sistema capitalista internacional e ainda crescer menos que os países no centro nas épocas de prosperidade do capitalismo, aumentando assim a distância que a separava do centro; a segunda alternativa seria a de promover na periferia um processo de industrialização, o que significaria romper com o papel que a periferia vinha cumprindo no comércio internacional.

A partir desse diagnóstico do sistema capitalista internacional e da necessidade de empregar a mão de obra excedente, a CEPAL vai indicar a industrialização como caminho necessário para o desenvolvimento em um modelo que seria conhecido como desenvolvimento para dentro. Vista dessa forma, a industrialização da periferia não é apenas uma opção ou uma questão de preferências, mas a única saída para o desenvolvimento da periferia, para que consiga crescer mais rápido que os países do centro e deles se aproximar.

Acontece que a periferia parte de uma condição debilitada e precarizada para iniciar seu processo de industrialização. A fase em que as economias periféricas importavam a quase totalidade dos manufaturados consumidos internamente pouco estimulou a indústria interna. Em geral a indústria da periferia durante a fase de desenvolvimento para fora é pouco complexa e produz apenas manufaturados pouco complexos e de baixo valor agregado. É extremamente importante para entender as proposições de Prebisch observar que a industrialização da periferia se dá de forma tardia, tendo assim que disputar espaço com indústrias nacionais mais competitivas e que já dominam seu mercado interno. As exigências do processo de industrialização são colocadas em nível muito elevado, demandando recursos em tecnologia e capital superiores aqueles que, em condições normais, a periferia seria capaz de dispor. Tal disparidade entre as capacidades da periferia e as exigências do processo de industrialização tem o efeito de frear o desenvolvimento da periferia que, por outro lado, é estimulado pelos déficits no balanço comercial. Chega-se a um impasse onde a industrialização é necessária, porém não é viável, pois as forças de mercado da periferia não são capazes de cumprir a tarefa que lhe é colocada.

Assim, as idéias de Prebisch constituem um pensamento original e relevante a respeito da questão periférica – mais especificamente a latino-americana – e da problemática do subdesenvolvimento. O núcleo deste pensamento é o esquema centro-

periferia e a relação que se desenvolve entre os pólos com prejuízo para a periferia. Sendo assim o único caminho possível para a superação da condição periférica é a industrialização e esta não é apenas uma opção mais uma necessidade da periferia. A formulação desenvolvimentista de Prebisch foi fundamental para o pensamento latino-americano e crucial para compreendermos o debate político travado na América Latina, bem como o conflito travado entre as elites nacionais, a partir da segunda metade do século XX.

Entretanto, mesmo tendo a preocupação de escrever pela ótica dos países periféricos, abordando a relação destes com os países do centro e expondo as conseqüências desta relação, Prebisch em sua formulação acaba por ignorar as causas do subdesenvolvimento da periferia. Isso certamente se deve á influência em seu trabalho da teoria do desenvolvimento conservadora, originada nos países desenvolvidos. Recordemos que a CEPAL surge como uma agência criada pelos países do centro para orientar o desenvolvimento das regiões periféricas através da divulgação da teoria desenvolvimentista produzida nos países desenvolvidos e, como vimos anteriormente, essa teoria tem por característica naturalizar o processo de desenvolvimento econômico e assim torna-se incapaz de combater o subdesenvolvimento.

"Foi assim que, fiel à idéia de desenvolvimento econômico como um continuum, a CEPAL não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade – como faria, há seu tempo, a teoria da dependência – mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação do capital. Isto implicava que, através de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos veriam abertas as portas de acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam".⁴⁸.

Ao incorporar a idéia de linha evolutiva da teoria do desenvolvimento formulada pelos países desenvolvidos, Prebisch não consegue perceber o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como formas distintas e complementares, não consegue perceber ainda que é o próprio desenvolvimento dos países do centro que gera no pólo oposto o subdesenvolvimento. Desta forma, as orientações do trabalho de Prebisch vão ao

⁴⁸ (Marini, A crise do desenvolvimentismo, 2010 p.109)

sentido de corrigir os desvios da periferia no caminho do desenvolvimento já trilhado com sucesso pelos países do centro, sem perceber que este caminho não está aberto para a periferia.

Além de incorporar a concepção de subdesenvolvimento da teoria do desenvolvimento, a CEPAL incorpora também, no mesmo movimento, a concepção de desenvolvimento desta teoria. Na visão da teoria original proposta pelos países desenvolvidos, o desenvolvimento se identifica à idéia de industrialização, isto é, avanço das forças produtivas, o que significa, em última análise, desenvolvimento do capitalismo. Não se trilha o caminho do desenvolvimento simplesmente produzindo-se mais e a menores custos; reduzir a idéia de desenvolvimento simplesmente a crescimento econômico é o primeiro passo para aprofundar a dependência e o subdesenvolvimento da América Latina, pois é perfeitamente compatível com o desenvolvimento do capitalismo a expansão da miséria. Isso não exclui a necessidade de produzir mais, porém o desenvolvimento tem de ser compreendido como muito mais que isso. É um equívoco pensar que o simples desenvolvimento do capitalismo será capaz de gerar bem estar e resolver problemas sociais. Pelo contrário, o sistema capitalista de produção é marcado pela exploração e exclusão de grande parte da população e seu desenvolvimento tem como conseqüência o agravamento de conflitos sociais. A ampliação da riqueza não está de forma alguma associada à sua distribuição. O sistema capitalista comporta a convivência da riqueza e da miséria absoluta. 46 Sendo assim qualquer idéia que pense o desenvolvimento como do capital, e isto como um fim em si mesmo, deve ser rejeitada.

Esta concepção de desenvolvimento econômico apenas como desenvolvimento do capitalismo é o centro do trabalho de Rostow. O modelo de estágios de Rostow é uma narrativa de uma economia que, em cada estágio, aumenta suas capacidades produtivas para enfim, no último estágio, apontar esse avanço nas capacidades produtivas como o responsável pelo bem estar e consumo de toda a sociedade. É excluído deste modelo o fato de que a acumulação de capital é assentada na exploração do trabalho e que a conseqüência disto é a miséria de grande parte da população.

Como resultado desta reprodução da concepção do desenvolvimento da teoria dos países do centro, Prebisch não foi capaz de fazer a crítica ao desenvolvimento

capitalista e as mazelas que este gera. Sendo assim em sua formulação deixou em segundo plano medidas distributivas essenciais como à reforma agrária. A industrialização e o desenvolvimento defendidos por Prebisch teriam o efeito esperado de elevar a renda per capita nos países latino-americanos, mas, em contrapartida, aprofundariam o abismo entre os ricos e os pobres, pois elevariam a concentração de renda.

Capítulo 2 - AMÉRICA LATINA E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

II.1 - Conceitos básicos

O pensamento cepalino teve grande aceitação em sua época. No meio acadêmico os textos da Cepal foram responsáveis por reacender o debate acerca do desenvolvimento e as possibilidades da periferia, enquanto que nos espaços políticos os textos da agência tiveram consequência direta sobre as políticas públicas aplicadas na região.

Desde suas primeiras publicações a agência teve grande influência na região apoiando políticas desenvolvimentistas e situando o desenvolvimento econômico como principal meta de governo. Tais governos - que representavam elites locais interessadas no desenvolvimento econômico - ao assimilarem o programa cepalino passam a promover políticas de industrialização através da concessão de créditos, da construção da infraestrutura necessária e chegando até a envolver-se diretamente em setores essenciais ao prosseguimento da industrialização.⁴⁹ Em outras palavras os governos desenvolvimentistas passaram a perseguir e patrocinar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina como forma de superar o subdesenvolvimento.

As críticas e propostas da Cepal vieram ao encontro dos interesses de uma burguesia latina que ansiava por expandir-se. O nacional desenvolvimentismo – ideologia “patrocinada” pelas idéias da Cepal – expressava a visão de mundo da burguesia industrial latina.⁵⁰

Como vimos no capítulo anterior que a Cepal criticara o modelo de comércio internacional e conseqüentemente ao papel da periferia na produção capitalista global. Seus teóricos prometiam através da industrialização – central para os pensadores da agência – superar o subdesenvolvimento e mais do que isto, colocar a América Latina no mesmo caminho para o desenvolvimento já trilhado pelos países desenvolvidos.

49 Esta participação do estado na defesa do projeto de industrialização não pode ser compreendida fora do contexto da disputa de projeto que estava colocada na América Latina. Como veremos adiante o controle do estado foi crucial na disputa entre a burguesia industrial nacional e o setor agro exportador.

50 (Marini, América Latina: dependência e integração 1992)

Porém a história não costuma se ater a teorias. Mesmo após as lições da Cepal terem sido colocadas em prática à realidade das economias latinas continuavam marcadas por desequilíbrios recorrentes quanto ao balanço de pagamentos, baixos níveis de salários, atraso tecnológico, e concentração de renda. Em resumo, a aplicação das idéias propostas pela Cepal e a conseqüente industrialização proposta, não somente não corrigiram os desvios como acabaram por aprofundá-los e afastar ainda mais a América Latina dos países desenvolvidos. Mesmo nos países onde o desenvolvimento gerou elevadas taxas de crescimento econômico, este não se deu sem a expansão da miséria e da concentração de renda.⁵¹.

A sucessão de golpes militares na América Latina⁵² marcou o fim da ideologia nacional desenvolvimentista⁵³ como se desenvolvera até então e por conseqüência marcou também o abandono das idéias defendidas pela Cepal.

A crise do pensamento latino americano abre então um rico debate acerca do porque a expansão do capitalismo nas antigas regiões colônias não foi capaz de promover resultados similares aos observados nas regiões desenvolvidas. Tal resultado contradizia aqueles esperados pela teoria de Rostow e seus pares que acreditavam que o desenvolvimento seria um resultado natural da evolução das forças produtivas adequando as economias periféricas ao modelo das economias do centro. É neste contexto que ganha força uma teoria que iria propor uma interpretação alternativa para o desenvolvimento das nações e suas causas. Theotonio apresenta a teoria da dependência como:

“um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas”⁵⁴

51 Não se pretende de forma alguma aqui ignorar as peculiaridades inerentes a cada país neste processo, porém em um balanço geral as trajetórias dos países Latinos foram muito próximas. “Brasil e Argentina, por exemplo, apresentam experiências desenvolvimentistas distintas. Ao passo que Getúlio Vargas construiu as bases para meio século de políticas desenvolvimentistas, o personalismo de Juan D. Perón não conseguiu erguer as instituições que suportariam um fenômeno equivalente na Argentina. No entanto, as recorrentes crises nos balanços de pagamentos, a constante instabilidade política e a crônica incapacidade das elites em aceitar reformas institucionais democratizantes assemelham-se.” (Medeiros 2007)

52 Brasil e Bolívia em 1964 seguidos pela Argentina em 66 e Chile e Uruguai em 73

53 Por sua vez os golpes militares espalhados por toda a região somente podem ser interpretados a partir da alteração do padrão de acumulação da burguesia latina que abandona um modelo de desenvolvimento autônomo para adotar uma estratégia associada ao capital imperialista

54 (T. d. Santos 2000)

Partindo da crítica da teoria do desenvolvimento originada nos países do centro, bem como da crítica da versão cepalina, os teóricos da dependência moldaram uma teoria onde a própria história da América Latina é produto das relações de dependência para com as economias mais desenvolvidas. Para Marini (1992) a teoria cepalina teria representado um avanço em relação à formulação original da teoria do desenvolvimento, porém manteria suas limitações fundamentais. Ao propor uma explicação baseada no esquema centro-periferia, a Cepal conseguiu dar uma visão sistêmica à teoria do desenvolvimento original, estudando assim a interação existente entre os dois pólos. Porém, como já foi colocado, a Cepal absorve a idéia de continuum evolutivo implícita na teoria do desenvolvimento conservadora.

Desta forma os teóricos cepalinos, mesmo captando o fenômeno de transferência de excedente do pólo periférico para o pólo desenvolvido, não conseguem perceber que esta apropriação de excedente é crucial para o desenvolvimento do centro, sendo assim não estaria aberto espaço para o desenvolvimento da periferia sem que esta entrasse em choque com as nações desenvolvidas. Sendo assim não seria possível superar o subdesenvolvimento simplesmente reproduzindo os processos econômicos dos países centrais, pois, o seu desenvolvimento não se deu somente a partir das conseqüências da industrialização, mas pela absorção, por parte destas economias, de parte do excedente produzido pela periferia.

Ao romperem com a idéia de continuum evolutivo os teóricos da dependência puderam estudar as conseqüências para o desenvolvimento da relação que se estabelece entre o centro e a periferia. Partindo da análise do sistema capitalista mundial entendiam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como realidades distintas e contrapostas, necessariamente vinculadas uma à outra, onde cada pólo reforça e impõe o papel do outro. Um país na condição de subdesenvolvido tem a expansão da sua economia condicionada aos movimentos das economias centrais. Esta condição de subordinação econômica tem conseqüências diretas tanto na esfera política quanto na ideológica. Theotonio sintetiza a relação de dependência entre tais pólos assimétricos:

A dependência⁵⁵ é uma situação em que certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual sua própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes.⁵⁶

Esta concepção do sistema capitalista internacional é radicalmente oposta a que era trabalhada pela teoria do desenvolvimento de Rostow e pela Cepal. Como consequência imediata desta visão o próprio conceito de subdesenvolvimento como era entendido até então – como negação do desenvolvimento trazendo caráter de atraso - perde sentido.

O que esse tipo de perspectiva não consegue captar é que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógico-dinâmica de acumulação de capital em escala mundial. A dialética do desenvolvimento, assim percebida, concebe que o subdesenvolvimento de alguns países/regiões resulta precisamente do que determina o desenvolvimento dos demais. A lógica de acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras. É a esta dependência dos países periféricos, frente à acumulação de capital, centrada em determinadas regiões, que a teoria da dependência chamou a atenção.⁵⁷

A crítica da idéia de escala evolutiva rompe com a suposição de que a evolução do subdesenvolvimento necessariamente leve ao desenvolvimento. A teoria da dependência propõe que para se compreender o sistema capitalista internacional é preciso reconhecer as particularidades do subdesenvolvimento como uma condição à parte e como consequência do desenvolvimento capitalista das nações do centro. Desta forma rompe com a relação evolutiva entre os pólos para estabelecer uma relação de causalidade. Celso Furtado, ainda que um importante integrante da Cepal, deu especial atenção à questão do subdesenvolvimento e suas causas, segundo ele:

55 Como lembra Carcanholo: Esta dependência não se confunde com a interdependência de diversas economias no cenário mundial. A dependência é a subordinação de economias nacionais frente aos movimentos de uma economia externa. (Carcanholo 2005)

56 (T. d. Santos 2000 p.379)

57 (Carcanholo 2005)

“o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”⁵⁸

A rigor o método aplicado pelos teóricos do desenvolvimento é fundamental. A teoria é formulada a partir da inserção das experiências nacionais no quadro histórico mais geral da economia mundial. A crítica das abordagens evolucionistas e mecanicistas levou os autores da dependência a produzir uma teoria onde se estabelecia uma relação dialética entre:

As determinações se encontram na dinâmica da acumulação capitalista nos países dominantes, e seu entrelaçamento com economias nacionais que tem seu processo de acumulação condicionado pelo modo de inserção nesta economia internacional e, ao mesmo tempo, determinado por suas leis próprias de desenvolvimento interno.⁵⁹

Esta diferença quanto ao método foi fundamental para as formulações desta teoria e representa um rompimento com os enfoques estáticos e a-históricos. Para compreender a América Latina, bem como o quadro de dependência que caracteriza a região, é preciso debruçar-se sobre a sua história. Pois somente assim é possível conhecer as raízes de seu subdesenvolvimento e as causas de sua dependência.

II.2 - Ruy Mauro, História e Dependência.

“A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que se enfrenta atualmente este sistema e as perspectivas que se abrem. Inversamente, somente a compreensão segura da evolução e dos mecanismos que caracterizam a economia capitalista mundial proporciona o marco adequado para localizar e analisar a problemática da América Latina”⁶⁰

A América Latina incorpora-se ao sistema capitalista mundial a partir da expansão mercantil européia no século XVI sendo o desenvolvimento da região profundamente vinculado à dinâmica do capital internacional. As colônias latino-americanas ingressam no mercado mundial através da sua produção de gêneros primários, agricultura e extrativismo, produzindo desde metais preciosos até gêneros não encontrados em nenhuma outra parte do globo. A produção latina foi fundamental

58 (Furtado 1961, p.191)

59 (T. d. Santos, Democracia e socialismo no capitalismo dependente 1991, p.28)

60 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

para a expansão dos meios de pagamento e aumento do fluxo de mercadorias que teve papel decisivo para o desenvolvimento do capital comercial e bancário além de financiar parte da acumulação de capital necessária para a criação da grande indústria⁶¹. A integração da América Latina com o mercado mundial em um primeiro momento se dá de forma passiva nos marcos da dominação colonial.

De início as relações econômicas da América Latina se dão quase que exclusivamente com seus colonizadores, a região Ibérica. Foi a decadência desta região que permitiu afrouxar o pacto colonial e a garantia de exclusividade de comércio aos países colonizadores. O desenvolvimento do capitalismo na Europa acaba por modificar drasticamente as relações entre a Europa e a América Latina. A extração violenta do excedente por mecanismos extras econômicos pouco a pouco dá lugar as relações de troca e comércio. A decadência de Portugal e Espanha amplia o volume de trocas com as demais potências Europeias fazendo com que a condição de colônia e a conseqüente dominação, passem a ser um entrave para a expansão do comércio.

A medida que el mercado mundial alcanza formas más desarrolladas, el uso de la violencia política y militar para explotar a las naciones débiles se vuelve superfluo, y la explotación internacional puede descansar progresivamente en la reproducción de relaciones económicas que perpetúan y amplifican el atraso y la debilidad de esas naciones.⁶²

As restrições ao comércio certamente não podem ser ignoradas como causas dos processos de independência que se abrem na América Latina. O comércio com os países do centro gerou uma elite local poderosa que cada vez menos dependia das metrópoles, pois relacionavam-se diretamente com as nações mais desenvolvidas. O controle das metrópoles tinha o efeito de dificultar a integração da periferia, sendo assim a independência estaria fortemente relacionada com a opção de inserir-se no mercado mundial. Estes processos de independência acabam por gerar estados nacionais formalmente livres e independentes em um ciclo que estava quase completo no primeiro quarto do século XIX. A evolução do capitalismo europeu e a industrialização

61 Theotonio dos Santos apresentou uma classificação das formas históricas da dependência: a primeira corresponde à dependência colonial, representada pela exportação de produtos in natura e onde o capital comercial e financeiro domina as relações entre a Europa e o mundo colonial; a segunda diz respeito à dependência financeiro-industrial, consolidada em fins do século XIX, e a terceira, erigida nos anos 1970, concerne à dependência tecnológica-industrial. (T. d. Santos, A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas 2000)

62 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

contribuem assim para a formação de um conjunto de países que, livres da dominação colonial, passam a orbitar em torno dos interesses ingleses.

Sociedades nascidas para fora, isto é, para fornecer produtos e condições econômicas de desenvolvimento às potências mundiais, as nações latino-americanas nunca se esqueceram de sua trágica condição. E nem os movimentos de independências nacionais das duas primeiras décadas do século XIX libertaram os novos países da dominação colonial, pois a estrutura permaneceu idêntica: a economia agrário-exportadora dominada por elites locais ligadas aos mercados compradores – principalmente a Inglaterra. A fragmentação que o território latino-americano sofreu após o movimento libertador de Simón Bolívar representa a impossibilidade de formar uma unidade nacional: cada elite identificou-se com um pedaço do território e nela formou seu país, de acordo com seu papel no comércio internacional. Como diz Galeano, "cada novo país identificou-se com seu porto exportador, acima de qualquer idealismo".⁶³

É importante observar o esgotamento do modelo colonial como forma de extração de excedente em face de expansão do capitalismo industrial. A dominação colonial que era crucial para permitir e legitimar a extração de excedente por mecanismos extras econômicos se tornava um entrave para o desenvolvimento das regiões periféricas, pois ali se consolida uma elite exportadora que buscava a articulação com o mercado mundial. A passagem da América Latina de uma região colonial para a condição de nações independentes é um marco fundamental, pois é a passagem formal de uma relação de dominação para a de dependência. Nas palavras de Marini a dependência seria: “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Marini sobre este período faz ainda uma observação fundamental: Os processos de independência de forma alguma foram uma afirmação de autonomia, mas foi uma escolha das elites locais por uma “nova metrópole”.

Los flujos de mercancías y, posteriormente, de capitales, tienen en ésta su punto de entroncamiento: ignorándose los unos a los otros, los nuevos países se articularán directamente con la metrópoli inglesa y, en función de los requerimientos de ésta, entrarán a producir y a exportar bienes primarios, a cambio de manufacturas de consumo y —cuando la exportación supera sus importaciones— de deudas.⁶⁴

⁶³ (Belatto)

⁶⁴ (Marini, *Dialéctica de la dependencia* 1991)

Com a independência inicia-se uma integração mais dinâmica entre as novas nações independentes e o mercado mundial. A América Latina acaba por inserir-se em um esquema definido de produção em escala global, integrando-se ao sistema capitalista internacional através da divisão internacional do trabalho. Acontece que essa integração não se dá de forma equilibrada entre os países latinos. Ela é hierarquizada de acordo com as possibilidades de cada país de adequar-se às demandas da industrialização européia. Foram os países que desenvolveram sua infraestrutura durante a fase colonial que primeiro puderam responder as demandas de exportação e assim integrar-se mais rapidamente como observa Marini referindo-se a países como Argentina, Brasil e Chile:

Chile, Brasil, y un poco después, Argentina, incrementan sensiblemente en ese período su intercambio con las metrópolis europeas, basado en la exportación de alimentos y materias primas como cereales, cobre, azúcar, café, carnes, cueros y lanas. Paralelamente, utilizando inclusive los créditos que para ello les suministra Inglaterra, aumentan sus importaciones de bienes de consumo no durable y dan comienzo a la construcción de un sistema de transportes, mediante obras portuarias y los primeros ferrocarriles, con lo que abren un mercado suplementario a la incipiente producción pesada europea.⁶⁵

Dentro do arranjo de divisão internacional do trabalho quase toda produção industrial é adquirida por meio de importações, instaurando uma forte barreira ao desenvolvimento da indústria nascente. Os países que através de suas exportações não conseguissem captar divisas o suficiente para saldar suas dívidas eram forçados a contrair dívidas.

Segundo Marini o papel da dívida externa muda qualitativamente a partir do momento que a América Latina passa a ter saldos positivos em sua balança comercial. Na segunda metade do século XIX a balança comercial da América Latina se inverte em favor da região. A dívida externa até então tinha o papel de garantir que a América Latina continuasse a importar, fornecendo assim demanda para a indústria que se desenvolvia nos países do centro. Com a inversão da balança comercial entre o centro e a periferia a dívida externa passa a ter um papel de transferir parte do excedente gerado na economia latina. Isto fica claro quando olhamos o caso brasileiro como Marini descreve:

⁶⁵ (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

El caso de Brasil es revelador: a partir de la década de 1860 cuando los saldos de la balanza comercial se vuelve cada vez más importante al servicio de los incrementos de la deuda externa: 50% para el equilibrio en los años sesenta, hasta el 99% en una década siguientes. Entre 1902-1913, mientras que el valor de las exportaciones aumentó en un 79,6%, la deuda exterior de Brasil está en el 144,6% en 1913 y representa el 60% del gasto público total.⁶⁶

Naturalmente as transferências de excedente através do sistema financeiro já eram praticadas mesmo antes da referida inversão da balança comercial, entretanto, neste período elas se intensificam.

II.3 - O Papel da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho

Desde sua integração forçada ao mercado mundial, a América Latina cumpriu um papel crucial para a formação da economia capitalista mundial, entretanto a industrialização europeia e a vinculação da região no esquema internacional de divisão do trabalho vão dar nova dimensão ao papel da América Latina na acumulação de capital das economias do centro. A especialização da América Latina na produção de bens de subsistência permitiu na Europa um aumento da classe operária - já que era liberada a mão-de-obra destinada a produção destes gêneros - garantindo a especialização das economias centrais na produção de manufaturados e serviços.

O desenvolvimento industrial requer que haja disponível uma grande oferta de bens de subsistência para que possa haver a liberação da mão de obra para a indústria. A este ponto Marini se refere ao trabalho de Karl Marx que em *O Capital* analisou a questão com maior profundidade.

“[...] Una productividad del trabajo agrícola que rebase las necesidades individuales del obrero constituye la base de toda sociedad y, sobre todo, la base de la producción capitalista, la cual separa a una parte cada vez mayor de la sociedad de la producción de medios directos de subsistencia y la convierte, como dice Steuart, en free heads, en hombres disponibles para la explotación de otras esferas”⁶⁷

O desenvolvimento e a industrialização da Europa teriam sido muito mais difíceis se esta não pudesse contar com a oferta de gêneros alimentícios baratos providos pelas economias dependentes, tendo assim que se dar estritamente em bases

66 (Marini, *Subdesarrollo y Revolución*, 1974)

67 (Marx, *O Capital* 1867 III XLVII, p 728 retirado de Marini, *Dialéctica de la dependencia* 1991)

nacionais. Em outras palavras, foi o não desenvolvimento da indústria periférica que permitiu o desenvolvimento da indústria do centro⁶⁸. Soma-se a função de fornecedora de alimentos a função de fornecer também matérias-primas. Esta segunda função cresce de importância de acordo com o avançar da industrialização do centro, pois com a elevação da produtividade dessas economias – resultado da industrialização – a massa de matéria-prima requerida é crescente⁶⁹. A integração das economias latinas dependia do grau em que estas conseguiam converter suas economias para suprir as demandas da industrialização européia.

É importante considerar que o papel da América Latina dentro do esquema de divisão internacional do trabalho foi o que permitiu o desenvolvimento da industrialização no centro. Marini esclarece a passagem do modelo de acumulação baseado na produção de mais valia absoluta para o da mais valia relativa.

Lo que importa considerar aquí es que las funciones que cumple América Latina en la economía capitalista mundial trascienden la mera respuesta a los requerimientos físicos inducidos por la acumulación en los países industriales. Más allá de facilitar el crecimiento cuantitativo de éstos, la participación de América Latina en el mercado mundial contribuirá a que el eje de la acumulación en la economía industrial se desplace de la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, es decir, que la acumulación pase a depender más del aumento de la capacidad productiva del trabajo que simplemente de la explotación del trabajador. Sin embargo, el desarrollo de la producción latinoamericana, que permite a la región coadyuvar a este cambio cualitativo en los países centrales, se dará fundamentalmente con base en una mayor explotación del trabajador. Es este carácter contradictorio de la dependencia latinoamericana, que determina las relaciones de producción en el conjunto del sistema capitalista.⁷⁰

A América Latina assim desempenha um papel crucial para a acumulação capitalista do centro permitindo, através das transferências de excedente, acelerar o desenvolvimento industrial dessas economias o que acabaria por resultar na consolidação de um modelo de exploração do trabalho assentado na exploração da mais valia relativa.

68 Uma consequência direta desta percepção é a rejeição ao modelo de desenvolvimento proposto por Rostow e pela Cepal que se baseariam na reprodução do caminho percorrido pelas economias desenvolvidas. Ocorre que este caminho é inpercorível pois se baseia na dependência da periferia.

69 “Ao crescer o capital variável tem que crescer também necessariamente o capital constante, e ao aumentar de volume as condições comuns de produção, os edifícios, os fornos, etc..., tem que aumentar, e muito mais rapidamente, que os operários, as matérias primas” (O capital, I XII p 293 retirado de Marini, Dialéctica de la dependencia 1991) “Qualquer que seja a variação experimentada pelo capital variável e pelo elemento fixo do capital constante, o gasto de matérias primas é sempre maior, quando aumenta o grau de exploração ou da produtividade do trabalho” (O Capital, I, XXII retirado de Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

70 (Marini, América Latina: dependência e integração 1992)

A produção fundamentada na extração de mais valia relativa, através da alteração das condições técnicas de produção, tem como consequência o aumento da produção resultante do trabalho em um mesmo intervalo de tempo. A mais valia relativa significa, pois, a diminuição do tempo necessário para a produção por parte dos trabalhadores do valor correspondente aos seus salários sem necessariamente significar a redução do valor destes. O aumento da produção, entretanto significa apenas uma maior criação de produtos, e não uma maior criação de valor. Como consequência disto o valor de cada unidade de mercadoria produzida diminui – embora o valor total produzido na jornada de trabalho permaneça constante. O aumento da produção permite ao capitalista individual diminuir o valor de sua mercadoria, dado as condições especiais de sua produção, e ofertar esta mercadoria de menor valor no mercado pelo mesmo preço praticado pelos outros capitalistas que mantiveram as condições originais de produção. Desta forma ao realizar sua produção sobre a forma de lucros o capitalista se apropria de uma cota extra, a mais valia extraordinária que se transforma em lucro extraordinário. A mais valia extraordinária altera assim a repartição geral da mais valia entre os diversos capitalistas, porém não modifica o nível de exploração do trabalho e o total do valor produzido. Com a generalização das condições técnicas que permitiram a diminuição do valor das mercadorias – a transformação das condições particulares em condições normais de produção – cessa o lucro extraordinário. A única consequência então do incremento de produtividade foi o incremento da massa de produtos sem que isto signifique um incremento na produção de valor. A mais valia relativa significa, pois a diminuição do valor das mercadorias e não o seu incremento⁷¹.

Entretanto o que determina a massa de mais valia não é a produtividade do trabalho – relação entre a produção e a unidade de tempo - mas a taxa de exploração da força de trabalho - a relação entre o tempo de trabalho necessário a produção de um valor equivalente ao salário recebido e o tempo além deste onde o trabalhador produz mais valia. Sendo assim, aumento da cota de mais valia só é possível através da redução do valor dos salários pagos aos trabalhadores por unidade de tempo. Desta forma o aumento da massa de mais valia produzida pode se dar de duas formas: a primeira através da extensão da jornada de trabalho que faria com que o trabalhador produzisse mais unidades do produto, porém estas com o mesmo valor que as demais. Ao fim da

71 Marx mostra que a redução do valor das mercadorias é uma tendência permanente do capitalismo que através da busca do lucro extraordinário acaba por revolucionar as condições de produção e elevar assim a produção de mercadorias.

jornada de trabalho – sem a redução de valor considerada anteriormente acerca da mais-valia relativa – terá se produzido uma massa maior de produtos e conseqüentemente uma massa maior de valor. Uma segunda maneira seria a redução dos salários pagos ao trabalhador, a redução do custo do capital variável. Essa redução, entretanto, em condições normais, só pode ser feita através da redução do valor dos bens salários que compõe a cesta de consumo dos trabalhadores.

Como Marini (1991) mostrou o papel da América Latina no mercado mundial, através de sua incorporação como produtora de alimentos, será crucial para a diminuição do valor dos bens-salários permitindo assim a redução do custo do capital variável e como conseqüência o aumento da massa de mais valia produzida no centro.

Ao calcular a sua taxa de lucro o capitalista deve levar em consideração todos os adiantamentos para a produção como: máquinas, instalações e matérias primas – a parte constante do capital – e os salários adiantados comparando estes adiantamentos à parte que lhe cabe da produção, isto é, a mais valia. Considerando o processo de extração da mais valia relativa, como este se dá através da elevação da produtividade e assim requer um incremento constante de matérias primas, assim como um uso acentuado de bens de capital o que significa a elevação dos gastos em capital constante em relação ao capital variável. Entretanto como vimos a mais valia relativa não gera aumentos no total de mais valia produzida, apenas uma elevação na massa de produtos produzidos. Ao realizar esta massa de produtos sob a forma de lucros o capitalista necessariamente obtém uma taxa de lucro inferior aquela observada antes do incremento de produtividade que possibilitou a mais valia relativa. Isto ocorre justamente porque a elevação da produtividade não é capaz de elevar a massa de mais valia produzida ao passo que se eleva a relação entre o capital constante e o capital variável – a composição orgânica do capital. A isto Marx chamará de tendência à queda da taxa de lucros, uma tendência inerente do sistema capitalista que decorre justamente da tendência anteriormente apresentada de redução do valor das mercadorias.

Ocorre que a redução do valor do capital variável, permitido pela oferta de alimentos produzidos na América Latina tem como conseqüência a elevação da mais valia produzida nas economias do centro. Em paralelo a isto a produção crescente e ofertada a baixos preços de matérias primas da periferia diminui também o custo do

capital constante. Ambos os fatores contribuem então para a elevação da taxa de lucro nas economias do centro como descreve Marx:

“Cuando el comercio exterior abarata los elementos del capital constante o los medios de subsistencia de primera necesidad en que se invierte el capital variable, contribuye a hacer que aumente la cuota de ganancias, al elevar la cuota de la plusvalía y reducir el valor del capital constante.”⁷²

Assim o papel desempenhado pela América Latina no mercado mundial- através da redução dos custos do capital constante e variável – não somente fornece a base material necessária para a expansão das capacidades produtivas nas economias do centro, como também contribui para contrabalancear as contradições inerentes a acumulação capitalista – a tendência a queda das taxas de lucro. É somente através do comércio com as regiões dependentes que as economias centrais vão ser capazes de elevar simultaneamente as taxas de lucro e mais valia.

II.4 - Integração dependente e Imperialismo

O último quarto do século XIX foi marcado pela ascensão de novas potências capitalistas no cenário internacional. Tais potências ansiavam por repartir as áreas de comércio e influência delimitadas a partir do modelo de divisão internacional do trabalho e que favoreciam fortemente as potências até então constituídas. As potências ascendentes, em especial os Estados Unidos da América, tinham interesses sobre a região latina que se chocavam com os interesses das antigas potências, notadamente os interesses ingleses. Esses choques de interesses e os conflitos gerados por eles não passam sem conseqüências políticas e econômicas em uma região caracterizada por sua dependência em relação às economias mais desenvolvidas.⁷³

O fim do século XIX é marcado também por uma aceleração do processo de concentração do capital e centralização das unidades produtivas que acabam por gerar poderosas unidades produtivas monopolistas. O desdobramento do capitalismo europeu em capitalismo imperialista acelera o processo de acumulação de capital de forma que

72 El Capital, III, XIV, p. 236 retirado de Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

73 El choque de intereses entre Estados Unidos e Inglaterra es ya manifiesto en la implantación de la República en Brasil (1889) y en la guerra civil chilena (1891), para dar algunos ejemplos. Permite también que un país como Uruguay pueda realizar, después de la ascensión de Batlle al poder, su integración dinámica al mercado mundial en condiciones similares a la de los países ya citados. (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

para realizar a mais valia o capital tem de procurar campos de aplicação fora dos limites nacionais.

“O imperialismo surgiu como desenvolvimento e desdobramento direto das características fundamentais do capitalismo em geral”. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese (...). O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral. “O monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência”⁷⁴

Segundo Ruy Mauro existe então uma diferença qualitativa entre os fluxos de capital recebidos pela América Latina posteriormente a fase imperialista do capitalismo internacional. Como já descrito, os créditos que no período anterior tinham função predominantemente compensatória e passam a ser um componente fundamental para a extração da mais valia gerada na economia nacional. Na fase imperialista do capitalismo mundial as exportações de capital se aceleram, dada a necessidade do capital internacional de procurar novos campos de aplicação para realizar a mais valia gerada na forma de lucros⁷⁵. Neste período a América Latina se vê invadida pelos crescentes fluxos de capital advindos do centro na forma de créditos e de investimento direto como destaca Marini:

Asimismo, en los países centrales aumenta el desarrollo de la industria pesada y la tecnología correspondiente, y la economía se orienta hacia una mayor concentración de las unidades productivas, dando lugar al surgimiento de los monopolios. Estos rasgos, logrados por la acumulación de capital efectuada en las etapas anteriores, aceleran este proceso y fuerzan al capital a buscar campos de aplicación fuera de las fronteras nacionales, mediante empréstitos públicos y privados, financiamientos, inversiones de cartera y, en menor medida, inversiones directas. A diferencia, pues, de los créditos externos que utilizaban antes y que correspondían a operaciones comerciales compensatorias, la función que asume ahora el capital extranjero en América Latina es sustraer abiertamente una parte de la plusvalía que se genera dentro de cada economía nacional, lo que incrementa la concentración del capital en las economías centrales y alimenta el proceso de expansión imperialista.⁷⁶

74 (Lenin, 1916)

75 Lênin sintetiza a transformação que passa o capitalismo ao entrar em sua fase imperialista: “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (Lenin, 1916)

76 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

Os capitais imperialistas somente investem nas economias periféricas com o objetivo de realizar lucros. Sendo assim, investem apenas nos setores onde é possível obter o maior retorno possível, que nas economias exportadoras latinas é justamente o setor exportador. Controlar os setores ligados à exportação das economias periféricas permite ao capital imperialista absorver uma parte significativa do excedente gerado nas economias dependentes, além disto, o controle destes setores significa o controle das fontes de matéria-prima. O controle das fontes de matéria prima e alimentos permitiu o fornecimento destas em condições favoráveis a aceleração do ritmo de acumulação através da formação de gigantescos trustes internacionais. No caso dos países onde o capital imperialista foi capaz de controlar os setores mais desenvolvidos estabelece-se uma partilha dos setores produtivos locais onde o capital estrangeiro, para assegurar o controle e monopólio dos setores estratégicos de exportação, entram diretamente na produção destes. Deixando assim os setores de exportação de menor importância e lucratividade além do abastecimento do mercado interno nas mãos dos capitais residentes.

En efecto, el desarrollo del principal sector de exportación, tiende, en estos países, a ser asegurado por el capital extranjero mediante inversiones directas, quedando a las clases dominantes nacionales el control de actividades secundarias de exportación o la explotación del mercado interno. Aún países que, como Chile, se habían integrado dinámicamente a la economía capitalista en su fase anterior, ven caer entonces su principal producto de exportación (el salitre primero, el cobre después) en manos del capital extranjero, mientras que, en Argentina, éste posee los frigoríficos y, en Brasil, controla la exportación del café.⁷⁷

Assim a penetração do capital estrangeiro nas economias latinas tem como consequência a perda de controle por parte dos residentes dos setores mais dinâmicos da economia. Ocorre que nas economias latinas, caracterizadas pela primazia do setor exportador, a realização da mais valia e o investimento do excedente se davam de forma diferente da forma que ocorre nos países centrais. Enquanto que nos países centrais o ritmo da economia está relacionado à relação entre taxa de extração de mais valia e taxa de reinvestimento do excedente, nas economias latinas por conta de suas deformações o ritmo de desenvolvimento era baseado na relação entre exportações e importações fundamentalmente. Isto ocorria porque a mais valia que, extraída na produção interna, somente se realizava no comércio internacional – e em moeda internacional. Parte

77 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

significativa do abastecimento interno, também era realizada através do comércio internacional – dado que nestas economias a produção para o consumo interno era atrofiada. O saldo restante das exportações que não foi consumido sob a forma de importações era o que restava disponível para ser reinvestido. Desta forma o excedente investível e a acumulação de capital das economias latinas sofrem a influência direta de fatores externos a essas economias, sendo o ritmo de acumulação pautado pelo saldo da balança comercial.

Marini fará a distinção de duas situações quanto à autonomia dos países dependentes. A primeira de países onde o controle do setor exportador permanece com as elites locais e a segunda de países onde o controle destes setores se encontra nas mãos de capitais estrangeiros. Para Marini (1991) o primeiro grupo de países consegue manter uma maior autonomia, pois preservando sob o controle das elites residentes – e em consequência uma maior parte do excedente – são capazes de promover maiores investimentos em sua própria economia. Mesmo que a maior parte dos investimentos seja direcionada nestes países para o setor ligado ao mercado externo, uma parte dos investimentos acaba por ser deslocado aos demais setores destinados a produção para o consumo interno – isso se dá em grande parte como uma forma de prevenção contra as instabilidades do comércio internacional. O segundo grupo de países ao perderem o controle dos setores mais dinâmicos de suas economias, perdem o controle de uma parte considerável da mais valia produzida internamente⁷⁸. O que acaba por reduzir de forma expressiva as capacidades de investimento nesse segundo grupo de países⁷⁹.

De esta manera, con mayor o menor grado de dependencia, la economía que se crea en los países latinoamericanos, a lo largo del siglo XIX y en las primeras décadas del actual, es una economía exportadora, especializada en la producción de unos cuantos bienes primarios. Una parte variable de la plusvalía que ahí se produce es drenada hacia las economías centrales, ya sea mediante la estructura de precios vigente en el mercado mundial y las prácticas financieras impuestas por esas economías, o através de la acción directa de los inversionistas foráneos en el campo de la producción.⁸⁰

II.5 - Exportação de excedente e o Comércio Internacional

78 Parte desta mais valia sob o controle do setor exportador é absorvida pelo estado sob a forma de impostos. Isto é mais um fator que eleva a centralidade do controle do estado por parte das elites locais que brigarão pela redistribuição do excedente gerado pelo setor exportador.

79 Parte da mais valia sob o controle do setor exportador ainda pode ser reinvestida internamente. Porém em momentos de crise do sistema esta tende a fluir inteiramente para as matrizes

80 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

Falta ainda analisar o fenômeno já mencionado de evolução negativa da relação entre o preço dos gêneros produzidos pela periferia em relação aqueles produzidos pelas regiões industrializadas. Este fenômeno foi primeiro captado por Raúl Prebisch que, através da análise deste, fundamentou sua crítica ao modelo de comércio internacional⁸¹.

“... como se explica que com o andar do tempo e através dos ciclos, os ingressos no centro tenham crescido mais que na periferia? /.../ Os preços primários sobem com mais rapidez que os finais na crescente, mas também descem mais que estes na minguante; dessa forma, os preços finais se vão apartando, progressivamente, dos preços primários. /.../ A razão é muito simples. Durante a crescente, uma parte dos benefícios se foi transformando em aumento de salários, pela concorrência dos empresários uns com os outros e pela pressão sobre todos eles das organizações operárias. Quando, na minguante, o benefício tem que comprimir-se, aquela parte que se transformou em ditos aumentos perdeu, no centro, sua fluidez, em virtude da conhecida resistência à baixa dos salários. A pressão se desloca então para a periferia com maior força que a naturalmente exercível caso não fossem rígidos os salário e os benefícios no centro, em virtude da limitação da concorrência. Assim, tanto menos possam comprimir-se as remunerações, no centro, tanto mais terão que fazê-lo na periferia. /.../ Nisto está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais, não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas à sua própria economia, mas, ainda, estão em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia”⁸²

A clara compreensão deste fenômeno é fundamental, pois, como já descrito, é a oferta crescente de alimentos e matérias primas da América Latina que permite as economias do centro expandir e acelerar sua acumulação – desenvolvendo assim suas forças produtivas e passando a centrar a acumulação capitalista na extração da mais valia relativa – além de permitir a elevação das taxas de lucro. Este fenômeno, entretanto, só pode ser compreendido a fundo, a luz do quadro de dependência que caracteriza a América Latina, de forma que explicações que apenas enfocam as relações entre oferta e demanda são insuficientes, pois ignoram as conseqüências políticas e econômicas de um fenômeno que têm base na transgressão da lei do valor. Ruy Mauro chama a atenção à insuficiência de uma abordagem meramente econômica para este fenômeno:

Si bien es evidente que la concurrencia desempeña un papel decisivo en la fijación de los precios, ella no explica por qué, del lado de la oferta, se verifica una expansión

81 Esta crítica como vimos anteriormente foi fundamental para o pensamento Cepalino e constitui um importante marco para o pensamento latino acerca de suas próprias possibilidades de desenvolvimento

82 Prebisch 1949, p. 58 e 59

acelerada independentemente de que las relaciones de intercambio se estén deteriorando. Tampoco se podría interpretar el fenómeno si nos limitáramos a la constatación empírica de que las leyes mercantiles se han visto falseadas en el plano internacional gracias a la presión diplomática y militar por parte de las naciones industriales. Este razonamiento, aunque se apoye en hechos reales, invierte el orden de los factores, y no ve que la utilización de recursos extraeconómicos se deriva precisamente de que hay por detrás una base económica que la hace posible. Ambos os tipos de explicación contribuyen, por tanto, a ocultar la naturaleza de los fenómenos estudiados y conducen a ilusiones sobre lo que es realmente la explotación capitalista internacional.⁸³

Sobre uma análise estritamente teórica, as trocas de mercadorias deveriam expressar trocas de valores equivalentes, determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Entretanto a elevação da produtividade permite que se rebaixe o valor das mercadorias sem que necessariamente os efeitos da elevação da capacidade do trabalho sejam repassados integralmente para os preços. De forma similar ao que ocorre na produção de mais valia relativa no intercambio entre nações, pode ocorrer que, por conta de uma maior produtividade, uma nação consiga lucros extraordinários. O fato de que a periferia é incapaz de produzir os produtos que importa do centro enquanto que com maior facilidade os países desenvolvidos podem produzir os produtos que compram da periferia, dá as economias desenvolvidas uma maior vantagem em relação às nações menos desenvolvidas e permite assim burlar a lei do valor. Os países desenvolvidos assim são capazes de vender seus produtos a um preço acima do valor configurando assim uma transferência de valor para os países de maior produtividade.

Desta forma a estrutura de preços internacionais, as dívidas contraídas com o capital financeiro internacional e por fim as empresas estrangeiras instaladas no país acabam por fechar um esquema de transferência de uma parte importante do excedente gerado pelas economias latinas para as economias do centro. Esta mais valia extraída das economias periféricas cumpre a função de acelerar a concentração de capital nas economias centrais e financiar a expansão imperialista.

De forma contraditória, apesar de acelerada a transferência de excedente da América Latina para o centro, a periferia latina experimenta um crescimento sem precedentes. Isso se dá pelo aumento da demanda mundial de matérias primas e

alimentos causados pelo processo de urbanização e industrialização das economias centrais. Porém este desenvolvimento em contra partida reafirma e fortalece a dependência da América Latina.⁸⁴

O que a primeira vista parece sem explicação é porque a América Latina mesmo tendo o preço de seus produtos de exportação reduzidos em relação aos produtos que importa, expande cada vez mais as suas exportações. De acordo com as leis de oferta e demanda a queda dos preços necessariamente deveria significar um desestímulo a produção, o que não se verifica. Incapazes de resistir aos mecanismos que causam a extração de valor, as economias dependentes latinas respondem a essa transferência de valor através da criação adicional de valor na forma de uma produção cada vez maior. Sendo assim, uma interpretação baseada nas leis de oferta e demanda acabam por camuflar a relação de dependência estabelecida. Não é a produção crescente de mercadorias por parte das economias latinas que causa a queda relativa dos preços e sim a queda dos preços que obriga as economias latinas a realizarem um esforço cada vez maior de exportação para serem capazes de realizar suas importações.⁸⁵

II.6 - Dependência e Superexploração do trabalho

Reverter a deterioração dos preços relativos e as conseqüentes perdas de valor por parte do comércio internacional significaria romper espontaneamente com o modelo de divisão internacional do trabalho e com o papel que a América Latina vinha cumprindo até então no comércio internacional. Para tanto seria necessário à região um esforço de elevação e diversificação de suas capacidades produtivas através do aumento da produtividade do trabalho – o que necessitaria de um enorme esforço de capitalização. Não fazia parte dos planos das burguesias nacionais a alteração do papel das economias periféricas no comércio internacional, nem tão pouco enfrentar uma

84 Este auge está, sin embargo, marcado por una acentuación de su dependencia frente a los países industrializados, a tal punto que los nuevos países que se vinculan en este momento, de manera dinámica, al mercado mundial, desarrollan una modalidad particular de integración. (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

85 Celso Furtado ha comprobado el fenómeno, sin llegar a sacar de él todas sus consecuencias: "La baja en los precios de las exportaciones brasileñas, entre 1821-30 y 1841-50, fue de cerca de 40%. En lo que respecta a las importaciones, el índice de precios de las exportaciones de Inglaterra [...] entre los dos decenios referidos se mantuvo perfectamente estable. Se puede, por tanto, afirmar que, la caída del índice de los términos de intercambio fue de aproximadamente 40%, esto es, que el ingreso real generado por las exportaciones creció 40% menos que el volumen físico de estas. Como el valor medio anual de las exportaciones subió de 3 900 000 libras a 5 470 000, o sea, un aumento de 40%. De esto se desprende que el ingreso real generado por el sector exportador creció en esa misma proporción, mientras el esfuerzo productivo realizado en este sector fue del doble, aproximadamente." (Celso Furtado, Formación económica del Brasil. Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1962, pp. 90-91 citado por Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

disputa com os capitais internacionais instalados no país. Entretanto as elites nacionais precisavam de alguma forma compensar as perdas de valor que sofriam, e o mecanismo utilizado foi a de uma maior produção de valor que teria o papel de compensar o valor transferido. Ocorre que esta maior produção de mercadorias nas economias latinas, que tem por significado uma maior produção de valores, tem de se dar mediante a uma maior exploração da força de trabalho. Sendo assim a reação da burguesia nacional em relação as transferências de valor para a burguesia internacional não caminha no sentido de romper com os laços de dependência, e sim de compensar a perda de valor por meio de uma maior exploração da classe trabalhadora.

Em geral para que sejam produzidas uma maior quantidade de mercadorias é necessário um maior emprego de insumos produtivos na cadeia produtiva, trabalho e capital na forma de equipamentos e matéria primas. Porém, diferente da produção industrial onde uma maior produção necessita pelo menos de uma maior aplicação de matérias primas no caso da agricultura e do extrativismo tal incremento de capital constante é atenuado sendo possível um aumento da produção pela maior ação do homem sobre a natureza.⁸⁶ Desta forma a maior produção de valor de forma extensiva nos ramos da agricultura e do extrativismo necessitam fundamentalmente da adição de trabalho na produção. As elites nacionais lançaram mão de três formas para conseguirem então uma maior quantidade de trabalho, que são: a primeira através do aumento da intensidade do trabalho no mesmo intervalo de tempo; a segunda através da simples extensão da jornada de trabalho entretanto sem a elevação correspondente de salários ; e por fim através da redução do consumo dos trabalhadores além dos limites normais. Através desses mecanismos a burguesia agrária latina consegue extrair maiores quantidades de trabalho que aplicado em sua produção resultará em uma maior produção de mercadorias.⁸⁷

O aumento da intensidade do trabalho acaba por aparentar um efeito similar ao de elevação da produtividade do trabalhador, pois permite a maior produção de mercadorias em um mesmo intervalo de tempo. Porém estes efeitos apesar da

86 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

87 É importante ressaltar que apesar da utilização de categorias que se referem a apropriação do valor produzido pelo trabalho nas esferas capitalistas de produção não significam que se considere que as economias exportadoras latinas estavam fundadas sobre relações capitalistas de produção. Porém fiel ao trabalho de Marini(2000) e seu método empregam-se essas categorias por terem maior capacidade explicativa dos fenômenos analisados.

semelhança aparente são qualitativamente distintos, pois o aumento da intensidade do trabalho tem como consequência um maior desgaste do trabalhador comprimindo em um menor tempo, horas adicionais de trabalho. Como efeito disto o valor individual das mercadorias produzidas se mantém constante e não se reduz, enquanto que o valor total produzido ao longo da jornada de trabalho aumenta e não se mantém constante como o que acontece no caso de uma elevação das capacidades produtivas do trabalhador. Sendo assim, o efeito sobre a produção de valor, com a elevação da intensidade do trabalho, é essencialmente oposto ao efeito da elevação da produtividade ainda que apareçam como similares.

A prolongação da duração da jornada de trabalho corresponde ao aumento da mais valia absoluta em sua forma clássica. Mantendo-se constantes os salários pagos, que correspondem ao tempo de trabalho necessário, eleva-se o tempo de trabalho excedente, período no qual o trabalhador está produzindo o valor que será apropriado pelo capitalista – a mais-valia. Isto corresponde tanto na elevação da intensidade do trabalho quanto na prolongação da jornada uma diminuição do salário pago por hora trabalhada, porém na primeira forma isto se dá de forma velada enquanto que na segunda de forma direta.

Ambas as formas analisadas até aqui permitem a burguesia agrária latina uma maior extração de horas de trabalho dos trabalhadores e permitirão assim elevar a produção de mercadorias e valor. Entretanto existe uma terceira forma pela qual a burguesia amplia a sua apropriação de valor na esfera produtiva das economias dependentes, que se dá através da redução da capacidade de consumo dos trabalhadores. Nesta forma não se está produzindo valor adicional, mas simplesmente a burguesia se apropria de parte do valor produzido que caberia aos trabalhadores no processo produtivo. Recordemos que o trabalho necessário corresponde à parcela da jornada de trabalho em que os trabalhadores produzem uma quantidade de valor correspondente a reposição das energias gastas no processo produtivo, isto é, sua subsistência. Ao expandir a sua apropriação de valor da parte que lhe caberia – o trabalho excedente – para a parte que seria por direito dos trabalhadores a burguesia agrária latina acaba por apropriar-se, ao fim do processo produtivo, de um montante de produtos que corresponde a mais-valia mais uma parcela do consumo necessário dos trabalhadores.

Todas as formas mencionadas têm como conseqüência um maior desgaste da força de trabalho que o normal. Nas duas primeiras por exigir um esforço por parte dos trabalhadores superior ao que seria exigido em condições normais - contribuindo assim, para um desgaste prematuro do trabalhador. Enquanto que na terceira não é permitido ao trabalhador repor as energias gastas no processo produtivo. Desta forma o trabalho estaria sendo remunerado abaixo de seu valor⁸⁸ o que se configura como uma exploração fora do normal do trabalho, que Marini chama de superexploração do trabalho. É importante observar que tais formas de superexploração não são excludentes, pelo contrário são aplicadas paralelamente multiplicando-se e permitindo a produção crescente das economias latinas à custa de um maior desgaste dos trabalhadores.

Os três métodos de superexploração apresentados vão ter por resultado na América Latina a cristalização de um modelo que se expande não baseado no incremento das capacidades produtivas do trabalhador e sim na maior exploração do trabalho. Isto se mostra coerente com o baixo nível tecnológico da região e conseqüentemente ao baixo nível de capital aplicado na produção. A superexploração do trabalho aplicada assim na agricultura e no extrativismo permite elevar a produção através apenas da introdução de mais trabalho – ou pelo menos em uma proporção maior do que seria possível em atividades industriais. Como conseqüência disto a elevação da produção se dá diminuindo e não aumentando a composição orgânica do capital, enquanto que se eleva a taxa de exploração permitindo assim elevar simultaneamente a taxa de mais-valia e a taxa de lucro.

É desta forma, através da maior exploração do trabalho, que as economias nacionais latinas conseguem compensar – se não total ao menos parcialmente - as exportações de excedente para as economias do centro capitalista. Porém como lembra Marini estes mecanismos apenas se intensificam de forma a compensar as perdas de valor que as economias latinas sofrem, pois sua gênese não está tão relacionada a compensação das perdas de valor e sim a vinculação da América Latina ao mercado mundial. O simples fato da conversão das produções locais de produtos de valores de uso para a produção de valores de troca acaba por inserir nos modos de produção

88 "Toda variación en la magnitud, extensiva o intensiva, del trabajo afecta [...] el valor de la fuerza de trabajo, en la medida en que acelera su desgaste." (El Capital, I, XVII ii, p. 1017, Pléiade. Cf. edición FCE, tomo I, XV, ii, p. 439. Citado por Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

primitivos a busca pelo lucro que acaba por resultar em uma maior exploração do trabalho. Marini neste ponto se apóia em Marx quando este escreve:

[...] tan pronto como los pueblos cuyo régimen de producción se venía desenvolviendo en las formas primitivas de la esclavitud, prestaciones de vasallaje, etc., se ven atraídos al mercado mundial, en el que impera el régimen capitalista de producción y donde se impone a todo el interés de dar salida a los productos para el extranjero, los tormentos bárbaros de la esclavitud, de la servidumbre de la gleba, etc., se ven acrecentados por los tormentos civilizados del trabajo excedente”⁸⁹

Ter isto em mente é fundamental para caracterizar a superexploração do trabalho como traço fundamental das economias pouco desenvolvidas que se integram de forma subordinada no mercado mundial. Traço este que será explorado pela economia exportadora que se desenvolve na América Latina mais que não tem sua origem nela e que também não se extingue com o fim dela.

Somente após a compreensão da importância da superexploração do trabalho para a produção de valor nas economias latinas e sua inserção no sistema capitalista mundial podemos compreender a fundo as formas de organização do trabalho da região. Relembremos que os setores ligados ao mercado internacional, desde os tempos coloniais, estabelecem-se baseados na mão de obra escrava. O trabalho escravo tem como característica fundamental a posse do trabalhador por parte do empregador. Diferente do trabalho assalariado onde o trabalhador apenas cede sua força de trabalho em troca de uma remuneração, no trabalho escravo o trabalhador perde o controle de sua própria existência sendo forçado as vontades de seu dono. Desta forma, ainda que bárbara, esta forma de trabalho é absolutamente coerente com a superexploração do trabalho praticada na América Latina pois, não é dado ao trabalhador qualquer direito de contestação sobre as cargas que lhe são impostas sendo seu destino apenas decidido pelo seu proprietário.

Em um primeiro momento o trabalho escravo adequa-se perfeitamente a superexploração do trabalho, isto acontece precisamente porque o trabalhador na condição de escravo torna-se um bem de capital para o seu proprietário e este procurará extrair de seu bem a maior remuneração no menor tempo possível. Enquanto que o trabalhador assalariado cede para o contratante apenas as horas úteis de sua força vital,

as horas que ele estará trabalhando efetivamente em troca de uma remuneração, o escravo pertence ao seu proprietário na totalidade de sua existência. Convém então ao proprietário acabar com os tempos improdutivos do dia do escravo de forma a estender seu tempo produtivo até quase a totalidade do dia. Sendo assim o trabalhador escravo é mais suscetível a imposição de longas jornadas de trabalho e a elevação da intensidade do trabalho.

al subordinarse una economía esclavista al mercado capitalista mundial, la agudización de la explotación del esclavo se acentúa, ya que interesa entonces a su propietario reducir sus tiempos muertos para la producción y hacer coincidir el tiempo productivo con el tiempo de existencia del trabajador.⁹⁰

Entretanto como vimos a superexploração do trabalho significa um maior desgaste da força de trabalho. A ampliação da jornada de trabalho, assim como a elevação da intensidade do trabalho acabam por gerar um desgaste prematuro para o trabalhador fazendo com que este, em um tempo inferior ao normal se torne inutilizável como mão de obra. No caso do trabalhador escravo, este é visto pelo empregador como um bem de capital não diferenciável das máquinas e animais também utilizados na produção sendo que sua reposição ocorre através de um novo investimento⁹¹. Sendo assim a utilização de mão de obra escrava somente é coerente com a superexploração da força de trabalho enquanto for possível a reposição de mão-de-obra através de novos investimentos - o que significa comprar novos escravos para substituir os desgastados pelo processo produtivo. As limitações à aquisição de novos escravos que surgem para a América Latina a partir da segunda metade do século XIX passam desta forma a se tornar um empecilho a superexploração do trabalho já que o trabalhador imprestável para o trabalho não poderia mais ser substituído⁹². Conclui-se assim que, salvo o caso que haja grande oferta de mão-de-obra, o trabalho escravo acaba por se tornar incompatível com a superexploração do trabalho⁹³.

90 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

91 "Los campos de arroz de Georgia y., los pantanos del Misisipi influyen tal vez de un modo fatalmente destructor sobre la constitución humana; sin embargo, este arrasamiento de vidas humanas no es tan grande, que no pueda ser compensado por los cercados rebosantes de Virginia y Kentucky. Aquellos miramientos económicos que podían ofrecer una especie de salvaguardia del trato humano dado a los esclavos mientras la conservación de la vida de éstos se identificaba con el interés de sus señores, se trocaron al implantarse el comercio de esclavos, en otros tantos motivos de estrujamiento implacable de sus energías, pues tan pronto como la vacante producida por un esclavo puede ser cubierta mediante la importación de negros de otros cercados, la duración de su vida cede en importancia, mientras dura, a su productividad." (Cairnes, cit. en El Capital, I, VIII, 5, p. 209 Retirado de (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

92 Ou do ponto de vista da burguesia o bem de capital plenamente amortizado não poderia ser repostado.

93 Este elemento não é suficiente para explicar o fim do trabalho escravo mais certamente é um fator relevante.

Por outro lado, a mão de obra livre e assalariada por apenas ceder ao empregador sua força de trabalho desresponsabiliza este da manutenção de sua existência. O desgaste prematuro do trabalhador deixa de significar para o contratante uma perda de capital, podendo o posto de trabalho desocupado por um trabalhador desgastado no processo produtivo ser repostado simplesmente pela contratação de um novo trabalhador. O modelo de trabalho assalariado rompe com o limite a superexploração do trabalho na América Latina pois acaba com a limitação de oferta de mão-de-obra. Enquanto houver homens passíveis de serem convertidos em trabalhadores assalariados a superexploração do trabalho pode seguir adiante. A passagem da produção baseada em mão de obra escrava para a mão de obra livre desta forma não rompe, mas reafirma a superexploração do trabalho na América Latina.

II.7 - Da Superexploração ao mercado interno

A região latina se desenvolve a partir das exigências do mercado internacional conectada aos centros produtores de produtos manufaturados. Ocorre que este desenvolvimento não pode ser realizado de forma similar ao desenvolvimento dos países do centro – já que o desenvolvimento destes é fundado na extração de excedente das regiões menos desenvolvidas. A expansão da América Latina tende então a ser fundada numa maior exploração do trabalho. Esta contradição marca a essência da dependência latina.

Nas economias voltadas para o mercado interno, como é o caso das economias dos países desenvolvidos existe uma dupla relação entre os trabalhadores assalariados e os empregadores. A primeira vem de os trabalhadores venderem sua força de trabalho para os proprietários do capital participando assim do processo produtivo. Ao longo do processo de produção de mercadorias os trabalhadores necessitam de fazer dois tipos distintos de consumo, o primeiro produtivo do ponto de vista do capital que se expressa no consumo de meios de produção e um segundo improdutivo que é o consumo de meios de subsistência para que os trabalhadores reponham suas energias. O capital tem assim uma inclinação para privilegiar este consumo produtivo em detrimento do consumo improdutivo.

Entretanto existe uma segunda relação que se estabelece nessas economias entre os trabalhadores e os empregadores. O consumo para reposição das energias gastas no processo produtivo que na esfera da produção aparece como improdutivo, ao ocorrer na esfera da circulação torna-se produtivo do ponto de vista do capitalista. Do ponto de vista da realização do capital, o consumo dos trabalhadores soma-se ao consumo dos capitalistas e das classes improdutivas contribuindo para a realização da produção na forma geral e permitindo começar um novo ciclo produtivo⁹⁴. É desta forma que se tem uma dupla oposição entre empregadores e empregados em uma economia voltada para atender o mercado interno, pois o trabalhador é ao mesmo tempo produtor e consumidor da produção⁹⁵.

El consumo individual de los trabajadores representa, pues, un elemento decisivo en la creación de demanda para las mercancías producidas, siendo una de las condiciones para que el flujo de la producción se resuelva adecuadamente en el flujo de la circulación. A través de la mediación que establece la lucha entre obreros y patronos en torno a la fijación del nivel de los salarios, los dos tipos de consumo del obrero tienden así a complementarse, en el curso del ciclo del capital, superando la situación inicial de oposición en que se encontraban.⁹⁶

Porém esta dupla oposição não está colocada para as economias exportadoras da América Latina. Como o mercado consumidor dos setores mais dinâmicos dessas economias se encontra além das fronteiras da própria economia estabelece-se uma dissociação entre os momentos da produção e da circulação. O consumo individual dos trabalhadores deixa de ser importante para a formação da demanda pelos produtos oriundos dos setores exportadores, desta forma não interferindo na realização destes produtos. Entretanto como vimos o consumo dos trabalhadores interfere no total de valor apropriado pelos capitalistas de forma que a redução deste consumo implica na elevação da taxa de mais-valia. A consequência desta relação de dissociação que aparece como distorção será a tendência a explorar a força de trabalho ao máximo possível restringindo suas possibilidades de consumo.

94 De hecho, como demuestra Marx, ambos tipos de consumo corresponden a un consumo productivo, desde el punto de vista del capital. Aún más, "el consumo individual del trabajador es improductivo para él mismo, pues no hace más que reproducir al individuo necesitado; es productivo para el capitalista y el Estado, pues produce la fuerza creadora de su riqueza". (El Capital, I, XXIII, p. 1075, Pléiade; cf. edición FCE, I, XXI, p. 482. Citado por Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

95 "Contradicción del régimen de producción capitalista: los obreros como compradores de mercancías son importantes para el mercado. Pero, como vendedores de su mercancía —la fuerza de trabajo— la sociedad capitalista tiende a reducirlos al minimum del precio." El Capital, II, XVI,

96 (Marini, Dialéctica de la dependencia, 1991)

La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional.⁹⁷

A consequência final da superexploração do trabalho não é outra senão a limitação do consumo individual dos trabalhadores e a depressão do mercado interno. As possibilidades restritas de consumo interno acabam por criar uma barreira ao desenvolvimento do setor destinado a atender o mercado interno reafirmando as importações como forma de atender as demandas por bens manufaturados. Estabelece-se então nas economias dependentes latinas uma separação em duas esferas distintas de circulação: sendo uma fundamentada nos salários onde participam os trabalhadores e que o sistema contribui para sufocar e uma esfera oposta que se baseia na mais-valia realizada no mercado internacional consumindo importações dos países do centro.

Es así como el sacrificio del consumo individual de los trabajadores en aras de la exportación al mercado mundial deprime los niveles de demanda interna y erige al mercado mundial en única salida para la producción. Paralelamente, el incremento de las ganancias que de esto se deriva pone al capitalista en condiciones de desarrollar expectativas de consumo sin contrapartida en la producción interna (orientada hacia el mercado mundial), expectativas que tienen que satisfacerse através de importaciones.⁹⁸

II.8 - Desenvolvimento autônomo na periferia

Vimos que a integração subordinada ao capital imperialista criava na América Latina um padrão de acumulação sui-generis. A América Latina produzia gêneros primários – fundamentalmente matérias primas e alimentos – e através da exportação destes tinha acesso aos bens manufaturados produzidos nas nações mais desenvolvidas. Apesar de a América Latina conviver com uma massiva extração do excedente gerado internamente – devido à penetração do capital imperialista (e a consequente exportação para as matrizes dos lucros obtidos) e pela perda de poder de compra causada pela queda dos preços de seus produtos em relação aos produzidos pelo centro – a região

97 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

98 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

apresentava relativo crescimento econômico devido à maior exploração do trabalho que ali se pratica. Sendo assim superexploração do trabalho acabava por ter o efeito de compensar total ou parcialmente a perda de excedente sofrida pela periferia.

A guerra entre os países desenvolvidos que se iniciou em 1914 acabou tendo o efeito de inviabilizar este padrão de acumulação. A retração do comércio internacional resultante da primeira guerra mundial – cujo efeito se manteve até o fim da segunda guerra mundial – marcou o fim deste padrão de acumulação, porém este já dava sinais de seu esgotamento. O surgimento de novas regiões fornecedoras dos mesmos produtos ofertados pela América Latina, assim como o desenvolvimento de artigos similares sintéticos capazes de substituir os produtos de exportação da América Latina já vinham reduzindo as possibilidades de comércio com o centro. Em paralelo a isto o declínio dos termos de intercâmbio sufocava progressivamente o poder de compra obtido pelas exportações latinas. A retração dos mercados internacionais só veio a acelerar o processo de esgotamento do modelo de inserção da América Latina no capitalismo internacional.

As mercadorias produzidas pelos países da América Latina pouca utilidade tinham dentro de suas próprias economias. Desde sua fase colonial a região se configurava como produtora de valores de uso para terceiros. As restrições a exportação colocadas no período de retração do comércio tinham por efeito de impedir, ou pelo menos dificultar, a realização da mais-valia produzida nos setores mais dinâmicos da economia. Em paralelo a isto, por conta do modelo de acumulação praticado na região latina até este momento, que visava o mercado externo, as atividades destinadas ao abastecimento do mercado interno eram pouco desenvolvidas. A dupla restrição a importações causada primeiro pelo atrofiamiento do comércio internacional e segundo pelas dificuldades de captação de divisas acabaram por impedir o acesso ao consumo dos bens produzidos nas regiões desenvolvidas. A retração do mercado internacional tinha assim um duplo impacto sobre as economias latinas, sobre as exportações que não poderiam mais realizar os lucros dos setores ligados ao mercado externo e sobre as importações que não teriam como abastecer o mercado interno.

La crisis del sector externo, representada por las restricciones a la exportación y las dificultades resultantes para satisfacer el consumo interno mediante importaciones, exigía un cambio de actividad económica en la región. La industrialización sustitutiva

de importaciones se impuso, pues, en líneas generales, en todos los países latinoamericanos, según las posibilidades reales de su mercado interno y, en consecuencia, del grado de desarrollo logrado en la etapa anterior.⁹⁹

Ao longo do século XIX formou-se na América Latina uma frágil burguesia industrial produtora de artigos destinados ao mercado interno. Esta burguesia em geral era incapaz de competir com os produtos oriundos das economias do centro que, por conta do maior desenvolvimento industrial, eram mais baratos e de melhor qualidade. Acontece que, as restrições a importações acabam por criar um efeito similar ao de uma barreira alfandegária, reservando mercado para os produtos domésticos e protegendo a indústria nascente. Sob essa conjuntura abriu-se a possibilidade de desenvolvimento da indústria nacional voltada às demandas do mercado interno.

A desglobalização ofereceu à incipiente burguesia industrial dos países menos desenvolvidos uma oportunidade de ouro. O fechamento relativo dos mercados dos países industrializados tornou os países dependentes, para começar, inadimplentes, pois não dispunham de recursos para servir as suas dívidas externas; e depois, incapazes de continuar se abastecendo até mesmo de produtos essenciais, por falta de divisas com que pagá-las. Não lhes restava alternativa do que fazer da necessidade virtude e proclamar a industrialização, e não mais a exportação, a via mestre para o desenvolvimento.¹⁰⁰

Retomando o que já foi discutido anteriormente, o mercado interno das economias exportadoras latinas apresentava a característica de ser estratificado em duas esferas de circulação. Ainda que no período de retração do mercado internacional se formassem condições favoráveis para um processo de industrialização, a esfera composta pelas demandas dos trabalhadores, onde estes gastavam seus salários, tinha possibilidades de consumo raquíticas. A industrialização só poderia prosseguir - sem mudanças profundas na estrutura dos países dependentes - baseada no consumo da esfera dos não trabalhadores, justamente aqueles que antes consumiam através das importações do mercado internacional.

Cuando, llegado el sistema capitalista mundial a un cierto grado de su desarrollo, América Latina ingrese en la etapa de la industrialización, deberá hacerlo a partir de las bases creadas por la economía de exportación. La profunda contradicción que habrá caracterizado al ciclo del capital de esa economía, y sus efectos sobre la explotación del trabajo, incidirán de manera decisiva en el curso que tomará la

99 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

100 (Singer, 1998)

economía industrial latinoamericana, explicando muchos de los problemas y de las tendencias que en ella se presentan actualmente.¹⁰¹

O setor exportador – por experiências com a instabilidade do mercado internacional – havia criado mecanismos para proteger-se dos períodos de depressão do comércio internacional através de mecanismos de socialização do prejuízo. Desta forma apesar das dificuldades de escoar a produção, o setor exportador manter-se-ia ativo e demandando bens manufaturados, assim como as elites ligadas a esse setor. As restrições a importações acabariam por direcionar as demandas desse setor para a produção da burguesia industrial local. As burguesias industriais nacionais beneficiavam-se também do excedente econômico produzido no setor exportador, pois a diminuição das possibilidades de investimento nos setores ligados a exportação acabam por canalizar – através do intermédio do setor bancário – o excedente produzido nestes setores para a indústria.

Desta forma aproximavam-se nesse período os interesses de dois setores com projetos distintos, a burguesia industrial que objetiva a produção de artigos manufaturados destinados ao consumo interno, e a burguesia agrário-mercantil, que até então era o setor de maior prestígio na América Latina produtora de gêneros primários destinados ao mercado internacional¹⁰². Foi essa aproximação de interesses que permitiu a formação de uma aliança entre estes dois setores que seriam responsáveis pelo processo de industrialização da América Latina. O estado torna-se um produto dessa aliança, comprometido com os projetos de industrialização da burguesia industrial nascente e a manutenção do poder da burguesia agrária mercantil¹⁰³.

A esfera de consumo própria dos não trabalhadores desloca-se assim do consumo de manufaturas de origem estrangeira para à de produção interna, revertendo assim a distorção associada a essa esfera onde o consumo e a realização do valor da mais-valia produzida internamente se dariam no mercado internacional. Parece, em um

101 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

102 El hecho que más llama la atención es el carácter relativamente pacífico que asume el tránsito de la economía agraria a la economía industrial en América Latina, en contraste con lo que ocurrió en Europa. Esto ha traído como resultado que muchos estudiosos mantuviesen equivocadamente la tesis de que la revolución burguesa latinoamericana está todavía por hacerse. Aunque sea cierto que la revolución burguesa no se ha realizado en América Latina, según los cánones europeos, este planteamiento es engañoso, ya que no considera que esto se debió a las condiciones objetivas dentro de las cuales se desarrolló la industrialización latinoamericana. (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

103 Sólo en aquellos países donde el sector exportador, controlado directamente por el capital extranjero, no disponía de las condiciones necesarias para cambiar su orientación es que las tensiones se hicieron más graves, dando lugar a conflictos radicales que terminaron, sin embargo, por conducir a una situación de represión impuesta por las antiguas clases dominantes, la cual se tradujo en un relativo estancamiento económico. (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

primeiro momento, que a industrialização caminha no sentido de corrigir os “desvios” das economias dependentes latinas no sentido de alinhar a região em uma configuração similar a dos países do centro. Ocorre que a industrialização que se inicia na América Latina teve de se dar pelas bases constituídas pela economia exportadora, isto é, caminhou em um sentido adverso e teve um resultado diferenciado ao da industrialização clássica dos países do centro. Compreender as singularidades do processo de industrialização latino americano é fundamental para compreender a sociedade que se formou a partir deste processo e como, diferentemente do que a Cepal propunha, a industrialização reafirmaria o papel periférico da América Latina diante do capitalismo internacional.

Na industrialização dos países do centro, a acumulação de capital se deu de forma associada à criação do mercado consumidor. O processo histórico que separou os produtores dos meios de produção gerou tanto a mão de obra para a produção industrial quanto aqueles que irão consumir os produtos dela. Ao negar ao trabalhador a possibilidade de produção dos seus meios de subsistência elege-se o mercado como única forma de obtenção dos produtos necessários aos trabalhadores e ao mesmo tempo consagra a venda da força de trabalho como forma de obter a renda necessária para participar do mercado como consumidor.

En efecto, los medios de subsistencia del obrero, antes producidos directamente por él, se incorporan al capital, como elemento material del capital variable, y sólo se restituyen al trabajador una vez que éste compra su valor bajo la forma de salario.[35] Existe, pues, una estrecha correspondencia entre el ritmo de la acumulación y el de la expansión del mercado.¹⁰⁴

A oferta barata e crescente de alimentos encontrada no mercado internacional acabava por ter o efeito de ampliar a capacidade de compra de produtos manufaturados por parte dos trabalhadores nas economias do centro. A produção industrial de bens de consumo popular assumiu uma enorme importância. Uma vez que o aumento da produtividade nos setores que produzem bens consumidos pelos trabalhadores acarretava na diminuição do valor destes bens – e conseqüentemente no barateamento dos mesmos – isto teve o efeito de reduzir o valor da força de trabalho. Com a diminuição deste, elevava-se a parcela de valor produzido que os capitalistas podem

apropriar-se na forma de mais-valia¹⁰⁵ e como consequência elevava-se a demanda por produtos de consumo da classe burguesa, ampliando-se a esfera de consumo das classes não trabalhadoras. Sobre esta questão Marini(2000) chamou atenção para a aparente semelhança com o processo latino:

La circulación tiende pues a escindirse en dos esferas, de manera similar a lo que constatamos en la economía latinoamericana de exportación, pero con una diferencia sustancial: la expansión de la esfera superior es una consecuencia de la transformación de las condiciones de producción, y se hace posible en la medida que, aumentando la productividad del trabajo, la parte del consumo individual total que corresponde al obrero disminuye en términos reales. La ligazón existente entre las dos esferas de consumo se distiende, pero no se rompe.¹⁰⁶

Logo a expansão do consumo dos capitalistas está necessariamente associada aos padrões de consumo dos trabalhadores nas economias industrializadas do centro. Marini destaca ainda que a expansão da esfera de consumo onde circula a mais-valia não acumulada é restrita. No mercado internacional a demanda pelos produtos de luxo tenderá necessariamente a ser limitada, pois no caso do comércio entre países desenvolvidos, a expansão da burguesia de um país acaba por restringir o mercado interno das outras burguesias nacionais, o que fará com que estas organizem mecanismos de defesa. Enquanto que o comércio com os países dependentes, o mercado para tais produtos se restringe as camadas de mais alta renda, já que como vimos a consequência da superexploração do trabalho é limitar as possibilidades de consumo dos trabalhadores. Desta forma, para que a produção dos bens de luxo possa se expandir, estes bens tem que necessariamente serem convertidos em bens de consumo popular.

Las circunstancias que permiten hacer subir allí los salarios reales, a partir de la segunda mitad del siglo pasado, a las cuales no es ajena la desvalorización de los alimentos y la posibilidad de redistribuir internamente parte del excedente sustraído a las naciones dependientes, ayudan, en la medida que amplían el consumo individual de los trabajadores, a contrarrestar las tendencias disruptivas que actúan a nivel de la circulación.¹⁰⁷

105 Neste ponto fica clara a importância da luta dos trabalhadores contra os capitalistas sobre o nível salarial. A elevação da produtividade e a consequente queda nos preços dos bens de consumo dos operários abre a possibilidade para os capitalistas de apropriarem-se de uma parcela de valor que antes era comprometida pelo consumo dos trabalhadores e ao mesmo tempo para os operários é a possibilidade de elevar seu padrão de consumo. As negociações salariais assim podem ter o efeito de uma transferência total ou parcial deste valor disponível da classe trabalhadora para a classe capitalista.

106 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

107 (Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

O processo de expansão da indústria na América Latina ocorreu de forma singular, resultado de uma conjuntura específica de retração do comércio internacional que, ao impossibilitar o modelo de acumulação da economia exportadora, abriu espaço para o desenvolvimento de uma burguesia que havia surgido ao longo do século XIX à sombra do setor exportador. A redução das possibilidades de consumo dos trabalhadores, impostas pela superexploração do trabalho praticada pelo setor exportador, teve o efeito de dificultar o avanço da industrialização na periferia. A indústria que se desenvolve ao longo do período de desenvolvimento baseado no mercado externo¹⁰⁸ acaba por ser um suporte a produção de gêneros primários de exportação¹⁰⁹.

A indústria então, diferente de como se deu nas economias do centro, não criou o seu próprio mercado consumidor, pois se desenvolveu a partir das demandas do setor exportador e fundamentada na produção de artigos para este setor. Mesmo com a depressão do setor exportador, e a expansão da industrialização, a indústria permaneceu fortemente relacionada ao setor exportador fundamentalmente produzindo ainda artigos de suporte à produção do setor exportador e artigos de luxo.

A retração do comércio internacional faz com que o setor exportador libere mão de obra, elevando assim o número de trabalhadores desempregados – exército de reserva - o que permitiu aos capitalistas industriais forçar a queda dos salários. A burguesia industrial acaba por reproduzir os métodos de superexploração do trabalho, acelerando a concentração de capital no setor industrial.

Arrancando, pues, del modo de circulación que caracterizara a la economía exportadora, la economía industrial dependiente reproduce, en forma específica, la acumulación de capital basada en la superexplotación del trabajador. En consecuencia, reproduce también el modo de circulación que corresponde a ese tipo de acumulación, aunque de manera modificada: ya no es la disociación entre la

108 “.../ por significativo que hubiera sido el desarrollo industrial en el seno de la economía exportadora (y, por consiguiente, en la extensión del mercado interno), en países como Argentina, México, Brasil y otros, no llegó nunca a conformar una verdadera economía industrial, que, definiendo el carácter y el sentido de la acumulación de capital, acarrearía un cambio cualitativo en el desarrollo económico de esos países. Por el contrario, la industria siguió siendo allí una actividad subordinada a la producción y exportación de bienes primarios, que constituían, éstos sí, el centro vital del proceso de acumulación” (Marini, *Dialéctica de la dependencia*, 1991).

109 Es interesante hacer notar que la industria complementaria a la exportación representó el sector más activo de las actividades industriales en la economía exportadora. Es así como los datos disponibles para la Argentina muestran que, en 1895, el capital invertido en la industria que producía para el mercado interno era de cerca de 175 millones de pesos, contra más de 280 millones invertidos en la industria vinculada a la exportación; en la primera, el capital promedio por empresa era de sólo 10 mil pesos, configurando claramente un sector artesanal, mientras que en la segunda ascendía a 100 mil pesos. Roberto Cortés Conde, “Problemas del crecimiento industrial”, en Argentina, sociedad de masas. Ed. Eudeba, Buenos Aires, 1965. Citado por (Marini em *Dialéctica de la dependencia*, 1991)

producción y la circulación de mercancías en función del mercado mundial lo que opera, sino la separación entre la esfera alta y la esfera baja de la circulación en el interior mismo de la economía, separación que, al no ser contrarrestada por los factores que actúan en la economía capitalista clásica, adquiere un carácter mucho más radical. ¹¹⁰

Ao passo que a indústria que se desenvolve na periferia no período de retração do comércio em geral não produzia bens que entram na cesta de consumo dos trabalhadores, a redução do valor destes não interferia sobre o valor da força de trabalho. Isso acaba por dispensar ao industrial a busca da elevação da produtividade do trabalho para assim reduzir o valor da força de trabalho, e conseqüentemente elevar a parcela do valor que pode extrair sobre a forma de mais-valia, para buscar o aumento da mais valia através dos mecanismos de superexploração da força de trabalho. A industrialização acaba por reproduzir e ampliar os mecanismos responsáveis pelo subdesenvolvimento da periferia ao invés de romper com eles.

II.9 - Do conflito intra burguês ao populismo

Como vimos, o pacto firmado entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil somente era possível pelas condições históricas da América Latina submetidas a uma conjuntura particular. No entanto, esta aliança não se dava de forma serena. A expansão industrial da burguesia local dependia das transferências de excedente do setor exportador para financiar o processo de industrialização. Conforme a burguesia ligada ao mercado interno crescia, aumentava também o seu poder político¹¹¹. Este setor vai exercer forte pressão sobre o estado, de forma a acelerar as transferências de excedentes do setor exportador e de financiar o processo de industrialização.

La aceleración que, en el curso de la segunda guerra mundial, se produce en el proceso de industrialización latinoamericano y que lanza a nuevos países, como Venezuela, al camino que habían recorrido desde los años treinta Argentina, Brasil y México, refuerza considerablemente el polo interno y crea las condiciones para una lucha más abierta por el predominio dentro de la coalición dominante.¹¹²

110 (Marini, *Dialéctica de la dependencia* 1991)

111 Essa mudança foi revolucionária em boa parte da América Latina. Ela começou com a Revolução Mexicana, iniciada em 1910, que se desdobrou por mais de uma década e instituiu um novo regime, declaradamente nacionalista, desenvolvimentista e industrializador. A Revolução de 1930, no Brasil, embora com outro desenrolar, instituiu um regime igualmente desenvolvimentista. Mudanças análogas ocorreram em outros países do continente entre os anos 30 e 50. Em todas elas, a antiga oligarquia agro – ou extrativo-exportadora – expoente da dependência que chamamos de consentida – perdeu a hegemonia. (Singer, 1998)

112 (Marini, *Subdesarrollo y Revolución* 1974)

É importante ressaltar que a maior autonomia deste período, marcado por um desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo latino não rompe ainda por completo com a dependência desta região frente às economias mais desenvolvidas. Embora neste período inicie-se uma formulação de desenvolvimento autônomo, a América Latina ainda depende fortemente da tecnologia produzida no centro.

Os países em desenvolvimento passaram a depender dos industrializados para obter equipamentos e tecnologia, componentes e recursos de capital em larga escala. Esta dependência era vista pela nova classe dominante como essencialmente provisória, a ser superada tão logo a industrialização fizesse a economia emparelhar com as mais adiantadas. ¹¹³.

Ao longo do período de retração do comércio internacional, através de um modelo de substituição de importações, a industrialização latina avança baseada na produção de artigos para o consumo das classes abastadas. Entretanto, a expansão da indústria passa a ser impedida pelas dimensões reduzidas do mercado interno – problemas de realização da produção - e pelas dificuldades de se importar bens intermediários e equipamentos necessários a expansão da indústria. A insuficiência de demanda pelos produtos de luxo corresponderia ao momento em que estes necessariamente deveriam ser popularizados, pois a demanda gerada pelas classes não produtoras tornar-se-iam insuficientes para a expansão da produção. Entretanto para a conversão destes bens de luxo em bens de consumo popular necessitava-se expandir a produtividade do trabalho nas economias dependentes, pois somente assim seria possível reduzir o valor dos produtos manufaturados. Tais limitações colocavam para a burguesia a necessidade de iniciar uma nova etapa do processo de industrialização, baseado na expansão das capacidades produtivas do trabalhador e na construção da indústria pesada.

A passagem para a segunda etapa da industrialização, a indústria pesada, exigiria uma maior transferência de excedente do setor ligado ao mercado externo, além de elevar barreiras alfandegárias com o objetivo de proteger o mercado interno. Desta forma a burguesia industrial latina para levar adiante seu projeto de industrialização se via obrigada a enfrentar os dois grupos de maior poder até então nas economias dependentes, a burguesia agrário-mercantil e os trustes internacionais instalados no país.

113 (Singer, 1998)

A burguesia industrial, que havia se desenvolvido a partir da aliança com os setores exportadores tradicionais, acaba por, em nome da continuidade do processo de industrialização, romper com aquela aliança.

A expansão da industrialização se deu em um contexto de declínio do setor exportador – que liberava mão de obra – e em um padrão de produção poupador de mão de obra, que acaba por gerar nas áreas urbanas grandes massas de desempregados e trabalhadores que vivem em condições miseráveis. Estabelecem-se assim as condições para uma aliança entre a burguesia e a classe operária nos marcos do desenvolvimentismo. Esta aliança de fato era favorável as duas partes, pois aos trabalhadores interessava o aumento da oferta de emprego e a elevação do salário real¹¹⁴ e a burguesia necessitava de sustentação política para combater os setores tradicionais. Porém assim como a aliança anterior entre a burguesia e os setores ligados ao mercado externo, a nova aliança entre trabalhadores e a burguesia industrial se forma assentada em contradições pois, o desenvolvimento do capitalismo necessariamente significa a exploração dos trabalhadores. A forma que na América Latina tomou esta aliança burguesa-operária foi o populismo.

En esta lucha, la burguesía industrial echará mano de la presión de las masas ciudadinas, que aumentaron considerablemente en el período precedente, en el marco de un juego político conocido corrientemente por "populismo". Su fruto será el establecimiento de regímenes de tipo bonapartista, cuyo ejemplo más claro es el gobierno de Perón.¹¹⁵

El bonapartismo se plantea, en esta perspectiva, como el recurso político de que se sirve la burguesía para enfrentarse a sus adversarios. Basándose en las masas populares urbanas, a las que seduce por su fraseología populista y nacionalista, pero más concretamente por sus intentos de redistribución del ingreso, ella intenta poner de pie un nuevo esquema de poder, en el cual, mediante el apoyo de las clases medias y del proletariado y sin romper el esquema de colaboración vigente, le sea posible sobreponerse a las antiguas clases terrateniente y mercantil. Por las implicaciones que tiene en las relaciones económicas con el centro imperialista hegemónico, ello tiende a combinarse con la búsqueda de fórmulas capaces de promover el desarrollo capitalista autónomo del país.¹¹⁶

114 Importantes setores do movimento trabalhista da época acabaram por avaliar esta aliança como crucial para o desenvolvimento capitalista da periferia que depois de completo permitiria a ruptura e a transição para um modelo de sociedade socialista. A adesão das lideranças dos trabalhadores a esta aliança facilitou o fortalecimento da burguesia no período.

115 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

116 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

O populismo e a ideologia nacional desenvolvimentista¹¹⁷ foram então as armas da burguesia industrial latina na luta pela hegemonia nas economias nacionais dependentes. Este episódio marca também uma importante luta dos povos latinos na tentativa de romper com a dependência¹¹⁸ representada pelos trustes internacionais instalados no país e as elites agrário-exportadoras comprometidas com um modelo de exploração baseado na exportação de excedente e superexploração do trabalho.

Em paralelo a luta da burguesia latina acontece à reorganização do mercado mundial sob-hegemonia dos EUA. O fim do conflito entre as potências imperialistas que se inicia em 1914 consolida uma nova potência hegemônica e tem como consequência a reafirmação das tendências de integração do mercado mundial. Como vimos, esta integração é inerente ao sistema capitalista em sua fase imperialista. A aceleração da concentração de capitais acaba por colocar a disposição dos trustes internacionais uma imensa quantidade de recursos que só podem ser realizados sob a forma de lucros quando aplicados em economias externas¹¹⁹.

A continuidade da industrialização latina promovida pelas burguesias nacionais assim entrava em rota de colisão com os interesses das nações imperialistas. A ideologia desenvolvimentista assumiria também um caráter nacionalista como forma da burguesia nacional preservar seu campo de extração de mais-valia.

II.10 - Desenvolvimento dependente associado

Mesmo sendo capaz de movimentar as massas urbanas através do populismo, a burguesia nacional latina acabará por ser derrotada em sua luta pelo controle da hegemonia. Esta derrota acabou por marcar também o abandono de um projeto de desenvolvimento autônomo por parte das elites da periferia latina. Entender as causas dessa derrota - cujas repercussões extrapolam o plano econômico, tendo como principal

117 A nova ideologia desenvolvimentista propugnava a intervenção planejadora do governo para guiar e promover a industrialização. Os rumos do desenvolvimento não seriam dados pelos mercados mas por decisões políticas baseadas em planos de longo prazo para tornar os países dependentes não mais dependentes mas plenamente industrializados. (Singer, 1998)

118 Ainda que o objetivo da burguesia fosse a proteção de seu campo de extração de mais-valia

119 Este momento é também marcado por um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais e uma aceleração do progresso tecnológico. Tornava-se atrativo para o capital estrangeiro promover uma industrialização na periferia baseada em setores menos desenvolvidos tecnologicamente utilizando a maquinária obsoleta. Os baixos salários da periferia possibilitariam elevadas taxas de lucro mesmo utilizando máquinas e equipamentos obsoletos em relação aos utilizados no centro

consequência o ciclo de ditaduras que se disseminaram na América Latina - é fundamental.

O setor industrial na América latina operava basicamente em função da demanda das classes de maior poder aquisitivo e a tecnologia empregada – importada dos países desenvolvidos – tinha por característica fundamental ser poupadora de mão de obra. Como consequência destes fatores, a exclusão de grande parte da população do consumo de bens manufaturados e o uso de uma tecnologia inadequada às dimensões das economias, o mercado consumidor era reduzido. A burguesia latina, porém compensava o tamanho do mercado fixando salários reais muito baixos – contribuindo desta forma para a retração do mercado consumidor. Os baixos salários reais eram possíveis, pois com o uso de tecnologias poupadoras de mão de obra a indústria se deparava com uma oferta de trabalho em constante expansão. Dado que os trabalhadores, por conta da superexploração do trabalho, tinham poucas capacidades de consumo, o mercado interno nas economias latinas tinha a tendência a um crescimento lento. A burguesia compensava a falta de demanda através da elevação dos preços, o que acabava por acelerar o processo inflacionário. A inflação reduzia ainda mais as possibilidades de consumo dos trabalhadores.

Em linhas gerais este foi o quadro que marcou a industrialização da América Latina no período de retração do comércio. Baseada na indústria leve destinada a atender o consumo das elites e caracterizada por baixos salários reais. Porém com o esgotamento da indústria leve e o início da implantação da indústria pesada, a burguesia nacional industrial tenta reformular este modelo. A ampliação da escala do mercado torna-se necessária para o prosseguimento da industrialização assim como a elevação das transferências de excedente do setor exportador.

O aprofundamento do processo de industrialização exigia a importação de novas máquinas e equipamentos. A importação do maquinário europeu cumpriria o papel de elevar a taxa de mais valia relativa. Ocorre que como já foi descrita a capacidade de importação das economias latinas encontrava-se bastante deteriorada. A indústria latina tinha como base o mercado interno, sendo assim não contribuía para a aquisição de divisas e a elevação da capacidade de importação. O setor responsável pela maior entrada de divisas era o agrário exportador, justamente aquele que a burguesia combatia

segundo a ideologia nacionalista-desenvolvimentista como o maior responsável pelo atraso.

Para dar prosseguimento ao processo de industrialização e elevar a captação de divisas, a burguesia industrial se via obrigada a fazer concessões para o setor agrário exportador. A trégua entre a burguesia agrária e a burguesia industrial teve como consequência o fim das possibilidades de acordo entre esta e os trabalhadores.

Para elevar, pues, el monto de divisas disponibles para la importación de equipos y bienes intermedios, no queda a la burguesía industrial sino transigir con el sector agrario-exportador y darle incluso las facilidades e incentivos que exige para expandir sus actividades. Para hacerlo, sin limitar la acumulación de capital necesario para enfrentar la segunda etapa de industrialización, tiene que descargar sobre las masas trabajadoras de la ciudad y del campo el esfuerzo de capitalización, con lo que afirma una vez más el principio fundamental del sistema subdesarrollado, es decir, la superexplotación del trabajo.¹²⁰

Tendo que dar um maior espaço de capitalização para o setor exportador a burguesia somente poderia continuar a se expandir através de uma maior exploração dos trabalhadores. O maior esforço de capitalização incidido sobre os trabalhadores acelerou o mecanismo básico da industrialização latina e teve como efeito último a redução do mercado e a elevação dos preços. As políticas de estabilização que se seguiriam ao aumento da inflação e o abandono da realização da reforma agrária – consequência das concessões ao setor agrário exportador – acabaram por dar fim à aliança entre a burguesia e os trabalhadores.

“El desarrollismo fue la ideología de la burguesía industrial latinoamericana, en especial de aquella que —respondiendo a un mayor grado de industrialización y compartiendo ya el poder del Estado con la burguesía exportadora— trataba de ampliar su espacio a expensas de esta última, recurriendo para ello a la alianza con el proletariado industrial y la clase media asalariada. Al tiempo que acenaba [provocaba] para éstos, con la ampliación de la oferta de empleos y mayores salarios, el desarrollismo, mediante la crítica del esquema tradicional de división internacional del trabajo, exigía de los grandes centros capitalistas el establecimiento de un nuevo tipo de relaciones. Sin embargo, aunque rechazando al modelo primario-exportador y abriendo fuego contra la vieja clase dominante, reluctaba en plantear a la reforma agraria como premisa del modelo industrial, dado que, no pasando la alianza social

por el campesinado (con la sola excepción de México), hacerlo significaría agravar inútilmente el conflicto interburgués.”¹²¹

Como conseqüência deste processo a burguesia industrial latina acaba por abandonar também a ideologia nacional-desenvolvimentista. Os programas de estabilização, o arrocho crescente sobre a classe operária e o abandono de bandeiras centrais para os trabalhadores fazia com que as bases do estado populista se rompessem. Ao perder espaço político e as bases que sustentavam a batalha do setor industrial contra os setores tradicionais da economia dependente, a burguesia industrial acaba abrindo mão de seu projeto de desenvolvimento autônomo do capitalismo na América Latina. Os anos que seguiriam a queda do populismo e a derrota da ideologia nacional desenvolvimentista foram marcados por uma maior penetração do capital estrangeiro sob a forma de investimento direto. As conseqüências políticas dessa guinada da burguesia industrial foram a queda dos regimes liberais democráticos – forjados na luta da burguesia nacional contra o setor exportador – e a ascensão de ditaduras militares que cumpriam o papel de garantir os interesses dos capitais internacionais e controlar os trabalhadores.

A burguesia local passou assim a um novo padrão de acumulação baseado na associação com o capital estrangeiro instalado no país. Para o capital imperialista esta coligação foi extremamente vantajosa, pois permitia a este explorar diretamente os baixos salários característicos das economias latinas enquanto as burguesias nacionais conseguiram acesso a um maquinário que mesmo defasado para os padrões do centro, permitiram uma maior extração de mais-valia relativa.

Así, la burguesía industrial latinoamericana evoluciona de la idea de un desarrollo autónomo hacia una integración efectiva con los capitales imperialistas y da lugar a un nuevo tipo de dependencia, mucho más radical que el que rigiera anteriormente. El mecanismo de la asociación de capitales es la forma que consagra esta integración, la cual no solamente desnacionaliza definitivamente la burguesía local, sino que, unida como va a la acentuación del ahorro de mano de obra que caracteriza al sector secundario latinoamericano, consolida la práctica abusiva de precios (que se fijan según el costo de producción de las empresas tecnológicamente más atrasadas) como medio de compensar la reducción concomitante del mercado.¹²²

121 (Marini, La crisis del desarrollismo 1994)

122 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

Ao reafirmar sua dependência ao capital imperialista a América latina ingressava em um novo esquema de divisão internacional do trabalho. Foram transferidas para a região da periferia etapas inferiores do processo produtivo, enquanto que os centros imperialistas reservam para si etapas mais avançadas¹²³. Marini (2000) analisou este novo arranjo produtivo da produção capitalista mundial como integrando uma nova divisão internacional do trabalho:

La industrialización latinoamericana corresponde así a una nueva división internacional del trabajo, en cuyo marco se transfieren a los países dependientes etapas inferiores de la producción industrial (obsérvese que la siderurgia, que correspondía a un signo distintivo de la economía industrial clásica, se ha generalizado al punto de que países como Brasil ya exportan acero), reservándose a los centros imperialistas las etapas más avanzadas (como la producción de computadoras y la industria electrónica pesada en general, la explotación de nuevas fuentes de energía, como la de origen nuclear, etc.) y el monopolio de la tecnología correspondiente. Yendo aún más lejos, se puede distinguir en la economía internacional escalones, en los cuales se van reubicando no sólo los nuevos países industriales, sino también los más antiguos. Es así como, en la producción de acero como en la de vehículos automotores, Europa occidental y Japón compiten ventajosamente con los mismos Estados Unidos, pero no logran todavía hacerlo en lo que se refiere a la industria de máquinas-herramientas, principalmente las automatizadas. Lo que tenemos así es una nueva jerarquización de la economía capitalista mundial, cuya base es la redefinición de la división internacional del trabajo acaecida en el curso de los últimos cincuenta años.¹²⁴

É importante constatar, entretanto que estes fluxos de capital que as economias latinas receberam neste período foram consequência do padrão de acumulação acelerado das economias do centro. A aceleração da acumulação e o avanço tecnológico nas áreas desenvolvidas fez com que nessas regiões houvesse uma abundância de máquinas e equipamentos obsoletos, porém não completamente amortizados. A transferência desta tecnologia, que para os padrões das economias capitalistas desenvolvidas estava defasada, significou nas áreas dependentes uma elevação da produtividade do trabalho, pois, ainda sendo uma tecnologia inferior a utilizada no centro, era sensivelmente superior aquela até então empregada na periferia.

La integración económica se plantea, en efecto, como una manera de llevar a su culminación, en América Latina, la integración imperialista de los sistemas de producción, en el marco de una situación económica caracterizada por una capacidad

123

Como a produção de computadores, a exploração da energia nuclear e as tecnologias correspondentes

124

(Marini, Dialéctica de la dependencia 1991)

potencial creciente de la oferta y una restricción sistemática de las posibilidades de consumo.¹²⁵

O progresso técnico ao penetrar nas economias dependentes o faz nos setores que o fez nos setores que haviam se convertido em bens populares nas economias do centro, mas que contraditoriamente não pudera popularizar-se nas economias dependentes dado o enorme abismo existente nessas regiões entre o poder de consumo das diferentes classes. A difusão do progresso técnico na economia de países dependentes avança então de mãos dadas com uma maior exploração dos trabalhadores, precisamente porque a acumulação de mais-valia depende essencialmente do aumento da massa de valor- e, portanto, mais valia-que da taxa de mais-valia. (Marini 2000)

Desta forma a indústria latina seguiu centrada na produção de artigos de luxo, aqueles que não fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores, o que teve o efeito de reafirmar os problemas de realização de valor dentro das economias nacionais. A demanda para os produtos da indústria latina não poderia ser fornecida pelo consumo popular já que a América Latina ao abandonar o projeto de desenvolvimento autônomo abandonou também o projeto de expansão dos mercados e inclusão das classes populares no mercado de consumo de bens manufaturados. A ação do Estado tornou-se então crucial para a expansão da industrialização nas economias dependentes. Através da elevação dos gastos militares e de infraestrutura, do subsidio aos produtores e da ampliação do aparato burocrático este promovera uma crescente expansão da demanda por bens industriais¹²⁶.

Entretanto a realização das mercadorias produzidas pelas economias latinas ainda estaria comprometida se estas não tivessem acesso ao mercado mundial. A industrialização não se deu entre os países periféricos de forma homogênea, assim como os investimentos do capital internacional. Estabeleceu-se assim uma hierarquia entre os países da periferia, onde os mais baixos são também explorados por países periféricos de forma associada ao capital internacional central.

125 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

126 Similaridades com economias do centro (gastos militares)

“Las características propias del sistema hacen que este intento de racionalizar la división del trabajo propicie la formación de centros subimperialistas asociados a la metrópoli para explotar a los pueblos vecinos.”¹²⁷

Ao ingressar na nova divisão do trabalho as economias dependentes – por conta dos problemas internos de realização – são levadas a explorar o mercado de economias mais frágeis em um processo que Marini chama de subimperialismo.

“En el marco de la dialéctica del desarrollo capitalista mundial, el capitalismo latinoamericano reprodujo las leyes generales que rigen el sistema en su conjunto, mas, en su especificidad propia, las acentuó hasta su límite. La superexplotación del trabajo en que se funda lo condujo finalmente a una situación caracterizada por un corte radical entre las tendencias naturales del sistema y, por lo tanto, entre los intereses de las clases beneficiadas por él, y las necesidades más elementales de las grandes masas, que se manifiestan en sus reivindicaciones de trabajo y de consumo.”¹²⁸

Assim a burguesia nacional ao abandonar o projeto de desenvolvimento autônomo e aliar-se coadjuvadamente ao capital imperialista em um modelo de desenvolvimento integrado reafirmou a dependência latina reproduzindo então os elementos fundamentais da economia dependente de caráter agroexportadora que são a superexploração do trabalho e a exclusão de grande parte da população do consumo.

El desarrollo capitalista integrado acrecienta, pues, el divorcio entre la burguesía y las masas populares, intensificando la superexplotación a que éstas están sometidas y negándoles lo que representa su reivindicación más elemental: el derecho al trabajo.¹²⁹

127 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

128 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

129 (Marini, Subdesarrollo y Revolución 1974)

Conclusão

Vimos que para Marini a superexploração do trabalho é uma característica estrutural das economias dependentes latinas. Seu início precede a consolidação do capitalismo na região, porém, esta relação se reproduz reafirmando assim tanto o subdesenvolvimento quanto a dependência da periferia. É precisamente a superexploração do trabalho que explica o subdesenvolvimento da região e sua dependência em relação aos países centrais, pois, o produto desta exploração anormal da força de trabalho é a concentração de renda e o subconsumo por parte dos trabalhadores – impedindo assim a formação do mercado consumidor nesses países. Tal relação ímpar de exploração do trabalho se desenvolve em resposta aos mecanismos de transferência de valor que fazem com que a mais valia produzida na periferia seja acumulada nos países centrais.

Desta forma não haveria possibilidade de desenvolvimento para os países latinos dentro dos modelos apresentados pela teoria desenvolvimentista, seja porque eles desconsideram os efeitos da superexploração do trabalho nas economias dependentes, seja porque está omitido nos modelos desenvolvimentistas que o desenvolvimento das nações hoje desenvolvidas foi em grande parte facilitado pelas relações vantajosas que elas mantiveram com a periferia.

Marini aborda ainda as relações entre as classes dominantes no interior da América Latina. Como vimos, o período de retração do comércio internacional favoreceu o desenvolvimento de uma burguesia industrial latino americana que em um primeiro momento alia-se com os setores tradicionais das economias dependentes ligados a exportação. Esta mesma burguesia industrial ao se expandir acaba por promover uma disputa pela hegemonia interna dentro dos países periféricos que a levaria a uma aliança com a classe trabalhadora na forma do populismo. A incapacidade de avançar com a industrialização leva esta mesma burguesia industrial a abandonar seu projeto de desenvolvimento autônomo e aliar-se ao capital internacional em uma forma associada e subordinada de desenvolvimento reafirmando assim a dependência latina.

Entretanto deve-se destacar que a teoria da dependência vai muito além do trabalho de Ruy Mauro Marini. Por falta de espaço neste trabalho abordamos apenas a

vertente marxista da Teoria da Dependência focando-nos apenas nos textos de Ruy Mauro. Porém é de grande relevância para a compreensão desta teoria os trabalhos de autores como Thetonio dos Santos, André Gunder Frank entre outros. Além daqueles que se inserem em uma corrente Weberiana desta mesma teoria como Fernando Henrique Cardoso e José Serra.

Bibliografia

Amorim, R. (s.d.). *A CEPAL CLÁSSICA, O EMPREGO E A NAÇÃO*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em www.sep.org.br/artigo/xcongresso88.pdf

Belatto, L. F. (s.d.). *América Latina: 100 anos de opressão e utopia revolucionária*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra5/america.html>

Bettelheim, C. (1968). *Planificação e Crescimento Acelerado*. Editora Zahar.

Bielschowsky, R. (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Record.

Carcanholo, M. D. (2005). *Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento*. Acesso em 27 de 11 de 2010, disponível em <http://www.clacso.org.ar>: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>

Castelo, R. (2010). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.

Chang, H.-J. (2004). *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP.

Frank, A. G. (1973). *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: siglo veintuno.

Furtado, C. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Furtado, C. (1979). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Hobsbawn, E. (1995). *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lenin, V. I. (1916). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em [marxists.org](http://www.marxists.org): <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

Marini, R. M. (2010). A crise do desenvolvimentismo. In: R. Castelo, *Encruzilhadas da América Latina no século XX*. Pão e Rosas.

Marini, R. M. (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente.

Marini, R. M. (1991). *Dialéctica de la dependencia*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm

Marini, R. M. (1994). *La crisis del desarrollismo*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/026_crisis_desarrollismo_es.htm

Marini, R. M. (1974). *Subdesarrollo y Revolución*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/index.htm>: http://www.marini-escritos.unam.mx/074_subdesarrollo_revolucion_1_es.htm

Marx, K. (1867). *O Capital*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em marxists.org: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>

Medeiros, R. L. (dezembro de 2007). RENASCIMENTO DESENVOLVIMENTISTA E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA. *Revista OÍDLES*, Vol 1, Nº 2.

Morais, I. N. (2008). O canto da sereia dos termos de troca favoráveis e os riscos da reprimarização da economia brasileira. *XIII Encontro Nacional de Economia Política*. João Pessoa.

Prebisch, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: R. Bielschowsky, *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (Vol. 1).

Ricardo, D. (1817). *The Principles of Political Economy and Taxation*.

Rodrigues. (2009). *O estruturalismo Latino-Americano*. Civilização Brasileira .

Rostow, W. W. (1960). *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Acesso em 10 de 11 de 2010, disponível em <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/ipe/rostow.htm>

Santos, T. d. (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Civilização Brasileira.

Santos, T. d. (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes.

Santos, T. d. (1986). *Imperialismo y dependencia*. México: Era.

Singer, P. (1998). *De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada*. Acesso em 27 de novembro de 2010, disponível em scielo.br: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200008

Wagner, A. (2009). *Ruy Mauro Marini: uma Interpretação Marxista do Capitalismo Dependente*. Acesso em 17 de outubro de 2010, disponível em www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52/51